

**Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISAL**

Tânia Maria Ribeiro

**Cidadania e Responsabilidade Social:
um estudo de caso em uma escola profissionalizante
de Campinas-SP**

**Americana
2010**

**Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISAL**

Tânia Maria Ribeiro

**Cidadania e Responsabilidade Social:
um estudo de caso em uma escola profissionalizante
de Campinas-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a Orientação do Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento.

**Americana
2010**

Tânia Maria Ribeiro

**Cidadania e Responsabilidade Social:
um estudo de caso em uma escola profissionalizante de Campinas-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a Orientação do Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento.

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 27/09/2010, pela comissão julgadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Miranda

Profa. Dra. Sueli Maria Pessagno Caro

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento (orientador)

*Dedico esta conquista aos meus avós maternos:
Vovó Otília e Vovô Camargo, os quais fizeram de
mim uma pessoa vitoriosa!
(in memoriam)*

Agradecimentos

Em cada fase de nossa vida encontramos pessoas que de alguma forma se tornam marcantes ou não em nossa existência.

É neste rol que insiro Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão, grande amigo e notável Professor Pós Doutor da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, sem soma de dúvida, o grande incentivador para o início deste sonho. A você Tião minha eterna gratidão!

A todos os meus amigos e colegas de profissão que direta ou indiretamente contribuíram para minha trajetória, em especial, minha amiga Helena; as professoras Maria Irmã, Celina, Flávia, Márcia Mascia, Ester e Valdenise.

A todos os meus professores do Programa de Mestrado Educação Sócio Comunitária do UNISAL pelos conhecimentos e ensinamentos que tanto contribuíram para meu aperfeiçoamento profissional.

À Profa Sandra amiga e companheira de classe nas disciplinas de Mestrado.

A todos os meus queridos alunos, fonte da minha dedicação ao longo destes nove anos de docência.

Às bibliotecárias do UNISAL, campus Americana, um abraço especial para Tamires, pela sua gentileza e competência.

A todos os autores e escritores que serviram como referência para a elaboração deste trabalho.

Aos meus sujeitos de pesquisa do CPDB, pela forma carinhosa que me acolheram e pela importante contribuição que prestaram para realização desta pesquisa.

Agradeço especialmente meu orientador, Professor Dr^o Manoel Nelito Matheus Nascimento, pela sua dedicação, interesse, compromisso, bom humor e principalmente pela sua notável competência nas sugestões, anotações,

revisões, discussões e pronto feedback de cada capítulo, demonstrando o quanto estava torcendo para que eu pudesse produzir o melhor.

À minha saudosa mãe, Sra. Waldecy (in memorian) e aos meus queridos avós maternos (in memorian) pelos dias e noites dedicados à minha criação.

À minha querida e inesquecível irmã Sofia Helena, que tão cedo partiu, mas tenho a certeza que sempre se faz presente.

Ao meu querido velho pai, Sr. Sebastião.

Ao meu companheiro José Carlos, por estarmos sempre juntos nesta caminhada. Benzas, obrigada pelo seu apoio e principalmente pelo seu amor!

Agradeço a Deus e ao meu Anjo de Guarda pela realização de mais um sonho!

*“Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há homens que lutam por um ano, e são os melhores;
Há homens que lutam por vários anos, e são muito bons;
Há outros que lutam durante toda a vida,
esses são imprescindíveis.”*
B.Brecht

Homenagem à Dom Bosco...

Resumo

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre cidadania e responsabilidade social, realizado em uma escola profissionalizante de Campinas – SP, no intuito de investigar se a prática da educação sócio-comunitária pode ser considerada como um modelo de projeto de responsabilidade social. O objetivo principal é analisar a atuação sócio comunitária do Centro Profissional Dom Bosco/CPDB no contexto das políticas neoliberais e da sua atuação social, enquanto escola privada, através de projetos de responsabilidade social. O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e num estudo de campo realizado por meio de questionário aplicado para docentes e educandos do CPDB. Com os resultados do estudo verificou-se que a educação sócio-comunitária, histórica prática educativa dos Salesianos, é marcada pelo compromisso com a sociedade e a cidadania, pela formação visando a transformação social. A educação sócio-comunitária do CPDB pode ser caracterizada como uma forma de prática de responsabilidade social.

Palavras-chave: Educação; Educação Sócio Comunitária; Cidadania; Responsabilidade Social.

Abstract

This research presents a study about citizenship and social responsibility undertaken at a Professional Educational School in Campinas - SP, in order to investigate if the Socialcommunitarian Educational practice can be regarded as a way of social responsibility project. The main objective is to analyze the performance of the CPDB partner community in the context of neoliberal policies and its social performance as private school, through social responsibility projects. The study is based on bibliography research and in a field study through questionnaire applied to teachers and students of the CPDB. With the results of this study, we could verify that the Sociocommunitarian Education, historical educative practice of the Salesian Institutions is involved with the society and the citizenship and by social transformation. The Socialcommunitarian Education of the CPDB can be characterized as a way of social responsibility practice

Keywords: Education; Socialcommunitarian Education; Citizenship; Social Responsibility

Lista de tabelas

Tabela	Título	p.
1	Concluintes do curso de Aprendizado Industrial de 1964 à 1970	43
2	Evolução das Matrículas nos cursos profissionalizantes dos anos 1970	44
3	Evolução das matrículas no ensino profissionalizante na década de 1980	46
4	Causas da Evasão dos Alunos no ano 1993	49
5	Problemas enfrentados com os alunos no CPDB	54
6	Conteúdos/disciplinas que os alunos do CPDB apresentam maiores dificuldades de aprendizagem	55
7	Ações de apoio que são oferecidas aos alunos pelo CPDB	56
8	Assuntos discutidos nas aulas do CPDB	60
9	Problemas enfrentados pelos educandos	61
10	Disciplinas que tem dificuldades de aprendizagem	61
11	Expectativas dos egressos do CPDB	62
12	Ações de apoio que são oferecidas aos alunos	63

Lista de Abreviaturas e Siglas

APM	Associação de Pais e Mestres
CAD	Computer Aided Design
CAE	Computer Aided Engineering
CAM	Computer Aided Manufacturing
CBE	Conferência Brasileira da Educação
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CPDB	Centro Profissional Dom Bosco
DHC	Desenvolvimento Humano e Cidadania
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESSJ	Escola Salesiana São José
ETEC	Escola Técnica de Eletrônica de Campinas
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro para Infância e Juventude
FEAC	Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
PCFP	Programa Comunitário de Formação Profissional
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIPM	Programa de Iniciação Profissional do Menor
RS	Responsabilidade Social
SADS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Sc	Salesianos Coadjuutores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISAL	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
VITAE	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1. NEOLIBERALISMO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA	17
1.1. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e a reforma do Estado	17
1.2. Educação e Responsabilidade Social	25
1.3. Educação e Cidadania	31
2. A ATUAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA DO CPDB	40
3. RESULTADOS DA PESQUISA	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	70
ANEXOS.....	75

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda os conceitos de responsabilidade social e cidadania, que em linhas gerais, representam as iniciativas e práticas corporativas, como estratégias de inserção e aprimoramento das relações com a sociedade, visando o desenvolvimento social e a promoção da cidadania.

Essas iniciativas e práticas corporativas surgiram no contexto das transformações da sociedade nas últimas décadas, com os avanços tecnológicos, o crescimento da produção, o desenvolvimento econômico e a redução do Estado, levando à necessidade das empresas atuarem na diminuição das desigualdades sociais. Hélio Mattar (2001), ao tratar do novos desafios da responsabilidade social empresarial argumenta, que “[...] o século XX não terminou bem. Temos hoje uma enorme concentração de renda e problemas sociais e ambientais alarmantes. [...] tanto a renda, quanto a informação e o conhecimento, estão absolutamente concentrados”.

Os avanços do conhecimento nas áreas de telecomunicação, informática, desempenho organizacional e industrial, bem como os conhecimentos necessários para o setor de serviços, vêm despertando nos jovens um grande interesse, pois estes parecem acreditar que as portas do mercado de trabalho se abrem a partir do momento que tais conhecimentos são adquiridos.

A velocidade de disseminação da informação viabiliza para as empresas o acesso às novas possibilidades e o desenvolvimento de tecnologias de ponta, permitindo que elas transformem rapidamente informação em conhecimento, ideias em inovações. Neste sentido, percebe-se que surge uma necessidade de acompanhamento desta modernização por parte dos jovens, fazendo com que os mesmos não fiquem à margem do processo.

Na área da educação como não poderia deixar de acontecer, grandes transformações se fazem sentir de forma bastante profunda e todos os caminhos apontam para uma gradual, porém definitiva, reestruturação, em que as instituições de ensino, nos diferentes níveis, séries iniciais, fundamental, ensino médio e ensino superior, vêm se preocupando, cada vez mais, com a inclusão de adolescentes, jovens e adultos. Tendo, ainda, dentro de projetos

sociais, a estratificação desta inclusão, e, dependendo da instituição, há um interesse especial na inclusão do negro, do índio, da mulher, ou seja, daqueles grupos que a sociologia e a antropologia tratam cientificamente como minorias.

Percebe-se então, que hoje as políticas de ensino estão sendo direcionadas não apenas para a sala de aula, para a relação professor-aluno. Vê-se um espectro maior que abrange a sociedade como um todo, e as políticas educacionais passam a se interessar pela família dos alunos, pela comunidade ao entorno da escola, pela sociedade como um todo, fazendo muitas vezes o papel do Estado. Tem-se como exemplos os hospitais universitários e as assistências jurídicas promovidas pelos cursos de graduação em Direito. Neste contexto, fica nítida a imagem da escola indo onde o Estado não consegue chegar.

A escola passa a assumir um caráter social diferente daquele percebido nas décadas 70, 80 e 90 do século passado. Isso se dá, em parte, pela introdução do pensamento neoliberal e, conseqüentemente, o esvaziamento do Estado para algumas funções sociais, sendo que a iniciativa privada passa a se dedicar a tarefas que o poder público, por necessidade de enxugamento, não consegue mais dar conta.

Este movimento pela ação social contínua atinge as empresas privadas dos mais diversos ramos de atividades. Nesta constelação de empresas, identifica-se a escola privada, que passa a desempenhar um papel social de grande relevância.

Atualmente, muito se fala da participação de empresas em atividades sociais, demonstrando que essas se preocupam não só em produzir bens e serviços, mas também em buscar o bem estar social através da preocupação com a valorização do homem, do meio ambiente e da cultura. Esses elementos são fatores determinantes do sucesso mercadológico.

As empresas buscam vincular sua imagem à noção de responsabilidade social. “A nova postura da empresa cidadã baseada no resgate de princípios éticos e morais passou a ter natureza estratégica”. Pode-se dizer que a eficiência não é só “fazer as coisas bem”, mas “fazer as coisas boas”, segundo princípios éticos.

Os investimentos na própria empresa também são de suma importância para a sobrevivência no mundo atual e podem ser considerados em um estudo

de caso, servindo de parâmetro para outras instituições financeiras que queiram atuar com responsabilidade social. Acredita-se que as empresas devam investir na educação e no progresso de seus funcionários, bem como na saúde e na alimentação. Enfim, através desses trabalhos, a empresa tende a colher mais em produtividade, compromisso e dedicação, tanto internamente, entre seus funcionários, como externamente, desenvolvendo trabalhos junto à comunidade. Neste cenário, as empresas que cumprem com seu papel social tendem a atrair mais consumidores.

O Centro Profissional Dom Bosco (CPDB) está localizado na cidade de Campinas, São Paulo, nas dependências de sua mantenedora, a Escola Salesiana São José. O CPDB foi fundado há cinquenta e sete anos, com o propósito de oferecer formação profissional aos jovens de baixa renda e condições para o seu desenvolvimento como indivíduo, seguindo os valores de liberdade e dignidade, visando sua inserção no mercado de trabalho e sua realização pessoal. Os cursos de cunho profissionalizantes oferecidos são: Processos Industriais do Vestuário/Design de Moda, Desenho Industrial, Eletricidade Industrial/Automação, Marcenaria/Design de Móveis e Mecânica Industrial.

O Centro engloba projetos de coordenação técnico pedagógica, cursos de treinamento de docentes na indústria, controle estatístico do processo, laboratório de automação, laboratório de simulação gráfica, usinagem assistida por computador e desenvolvimento do potencial humano (reorganização neurológica).

O CPDB mantém uma parceria com a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) e inclusão no programa Ação Jovem do governo estadual.

Neste sentido, coloca-se o problema da pesquisa: a atuação do Centro Profissional Dom Bosco, caracterizada pela prática da educação sócio-comunitária, pode ser considerada como um modelo de projeto de Responsabilidade Social?

Dessa forma, esta dissertação se justifica pela relevância da realização de estudos sobre os conceitos de responsabilidade social e cidadania para a sociedade contemporânea, bem como, pela importância da histórica atuação

do CPDB na busca de minimizar as desigualdades sociais por meio da formação dos adolescentes para a vida e para o exercício de uma profissão.

Este trabalho tem como objetivo geral, analisar a atuação sócio-comunitária do Centro Profissional Dom Bosco no contexto das políticas neoliberais e da sua atuação social, por meio de projetos de Responsabilidade Social.

Os objetivos específicos foram:

- Caracterizar responsabilidade social e cidadania;
- Identificar a relação dos Projetos do CPDB com as idéias de Responsabilidade Social;
- Avaliar os projetos desenvolvidos pelo CPDB como processo de atuação sócio-comunitária.

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, realizado no CPDB. Nesta perspectiva, o caso funciona “como ponto de partida para uma análise que busque o estabelecimento de relações sociais mais amplas de um determinado objeto de estudo” (FRANCO, 1986, p. 37).

A opção pelo método de estudo de caso justifica-se pela necessidade de uma análise mais intensiva de organizações reais, já que o acervo bibliográfico existente sobre o CPDB e o fenômeno a ser estudado parece ser escasso.

A metodologia utilizada para a coleta e o tratamento de dados, privilegia a abordagem qualitativa, isto porque este tipo de abordagem “preocupa-se em retratar a perspectiva dos participantes” (LUDKE, 1986, p.13), aqui entendida como fundamental para a compreensão do objeto a ser investigado, ou seja, a responsabilidade social do CPDB. O estudo caracteriza-se também, por ser do tipo descritivo-exploratório, possibilitando um nível de análise que identifique as características do fenômeno, sua ordenação e classificação, podendo preparar o caminho para novos estudos.

A população desta pesquisa será composta pelos docentes e educandos do CPDB. Os sujeitos da pesquisa serão aqueles capazes de responder aos questionamentos, com conhecimento sobre a organização com a finalidade de não comprometer a análise da pesquisa com respostas evasivas. A amostra será intencional, uma vez que se busca retirar dos entrevistados a maior quantidade de informações e percepções sobre o fenômeno estudado.

Identifica-se como intencional a amostra que previamente remete o pesquisador aos informantes que dispõem de tempo, têm condições de responder aos questionamentos por conhecimento de causa, pode ser selecionado intencionalmente em função do tempo que está inserido no contexto investigado. Pretende-se nesta pesquisa, entrevistar professores e alunos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo, são discutidos os conceitos de responsabilidade social e cidadania na fase do neoliberalismo, identificando os impactos da reforma do Estado, a redução das políticas sociais do Estado, como se processa a transferência da responsabilidade do Estado nas questões sociais para o setor privado e como esse processo acontece na educação. No segundo capítulo, se discute a atuação sócio-comunitária do CPDB. O terceiro capítulo apresenta os resultados de pesquisa realizada com o corpo docente e discente do CPDB.

1. NEOLIBERALISMO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA

Na área da educação, grandes transformações têm ocorrido nas últimas décadas de forma bastante profunda, decorrentes das mudanças produzidas na sociedade e no Estado.

Nesse contexto de mudanças, as instituições de ensino nos diferentes níveis (séries iniciais, fundamental, ensino médio e ensino superior), têm promovido a inclusão de adolescentes, jovens e adultos, assim como, inúmeros projetos sociais promovem a inclusão, e, dependendo da instituição, há um interesse especial na inclusão do negro, do índio, da mulher, ou seja, daqueles grupos que são considerados como minorias.

Percebe-se que os objetivos da escola estão sendo direcionadas não apenas para a sala de aula, para a relação professor-aluno. Vê-se um espectro maior que abrange a sociedade como um todo e as políticas educacionais passam a se interessar pela família dos alunos, pela comunidade ao entorno da escola, pela sociedade como um todo.

Desta forma, a escola assume um caráter social diferente daquele percebido nas décadas 1970, 80 e 90, devido em parte, pela introdução do pensamento neoliberal nas políticas do Estado, provocando o esvaziamento de algumas funções sociais, sendo que a iniciativa privada passa a se dedicar a tarefas que o poder público, por necessidade de enxugamento, não consegue mais dar conta.

Neste capítulo pretende-se abordar e discutir os conceitos de “responsabilidade social” e de “cidadania” no contexto das transformações sociais das últimas décadas do século XX, provocadas principalmente em decorrência da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais.

1.1. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e a reforma do Estado

O neoliberalismo surgiu ao final da segunda guerra mundial, com o intuito de elaborar estratégias para realizar as metas de crescimento capitalista no século XX. No ano de 1947, reuniram-se na Suíça alguns notáveis economistas e intelectuais, críticos às tendências da ascensão keynesiana da

época, como o Estado do Bem Estar Social e às políticas econômicas de cunho anti-cíclico.

Os percussores do discurso de crítica ao Keynesianismo¹ expressam com eloquência em suas respectivas literaturas, a crítica ao caráter autoritário do Estado, com seus encargos sociais e sua atuação reguladora, estaria impedindo a realização das liberdades individuais e a competição que proporcionava à prosperidade econômica, propondo o afastamento do Estado com relação às atividades econômicas, as reformas institucionais, privatização dos setores da economia nacional, transferência dos serviços públicos ao setor privado (incluindo a educação), redução dos direitos sociais como um todo e redução dos gastos governamentais.

A crise do capitalismo na década de 1970 criou as condições que levaram ao processo de reestruturação produtiva, promovendo a passagem do modelo de produção do fordismo para o modelo de acumulação flexível, sendo o toyotismo o mais conhecido. O *modelo fordista*, caracterizado por sua rigidez, apoiava-se na instalação de grandes fábricas, operando com tecnologia pesada de base fixa; supunha a estabilidade no emprego e visava à produção em série de objetos padronizados, em larga escala, acumulando grandes estoques dirigidos ao consumo de massa. Diversamente, o *modelo toyotista* apóia-se em tecnologia leve de base microeletrônica flexível e opera com trabalhadores polivalentes, visando à produção de objetos diversificados, em pequena escala, para atender a demanda de nichos específicos de mercado, incorporando métodos como o *just in time*, que dispensam a formação de estoques; requer trabalhadores que, em lugar de estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo a camisa da empresa e elevando constantemente sua produtividade. (SAVIANI, 2008)

O avanço recente do movimento neoliberal tem como marco o encontro denominado “*Consenso de Washington*” realizado em 1989, cujos resultados foram aplicados por intermédio de agências internacionais, como o Banco Mundial e por seus intelectuais com a produção e ofertas da divulgação de

¹ Os principais foram: o americano Milton Friedman, autor das obras “*Capitalism and Freedom*” (1960) e “*Free To Choose*” (1960/1982); e o austríaco Friedrich August Von Hayek autor da obra “*The Road to Serfdom*” (O Caminho da Servidão) (1944).

suas literaturas ao redor do mundo, no intuito de debater as reformas consideradas necessárias para a América Latina: reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias, corte dos gastos públicos, política monetária, visando a estabilização, desregulação do mercado financeiro e trabalhista, privatização e abertura comercial.

As mudanças apontadas provinham, além dos questionamentos dos intelectuais neoliberais da esfera econômica e de diversas organizações internacionais, alinhadas aos governos conservadores da Inglaterra (Margaret Thatcher 1979-1990), Estados Unidos (Ronald Reagan 1981-1989) e da Alemanha (Helmut Kohl 1982-1998).

O neoliberalismo tornou-se hegemônico, devido à imposição de uma grande dinâmica de mudança material e de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade, através da intensidade do seu discurso persuasivo, dos diagnósticos e estratégias, da retórica elaborada e difundida por seus principais expoentes intelectuais (num sentido gramsciano, por seus intelectuais orgânicos).

A política neoliberal transforma materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, conseguindo com êxito a aceitação de que esta mudança seja o único caminho possível para sanar a crise do capitalismo.

As reformas neoliberais visando o “Estado mínimo”, isto é, minimizar a atuação social e empresarial do Estado, se caracterizam pelas reduções de encargos sociais, trabalhistas, gastos públicos, direitos sociais, entre outros, e pelo incremento das privatizações. Deste modo, na década de 90, o modelo neoliberal tomou ares de hegemonia na América Latina.

No campo educacional, os neoliberais enfatizam que o processo de expansão escolar, durante a segunda metade do século passado, ocorreu de forma desordenada, isenta de qualidade gestora e eficientes práticas pedagógicas nos espaços escolares.

Tal processo resultou em uma crise caracterizada pela exclusão e discriminação educacional, como a evasão escolar, a repetência, o analfabetismo funcional, a violência, etc.

Os neoliberais propõem transformar o sistema educacional num mercado de competição interna meritocrático, alegando a ineficiência do Estado em gerenciar as políticas públicas e distorcer o conceito de cidadania. O

neoliberalismo advoga o termo cidadania baseado na individualidade, competição, privatização e conseqüentemente a ação de consumo. Sendo assim, a educação não é um direito e sim uma conquista.

Como justificativa, para o eventual fracasso, os neoliberais argumentam que não só o Estado e as organizações sociais são as responsáveis pela crise, mas também os indivíduos que aceitam como natural o *status quo* imposto pelo regime improdutivo de intervenção estatal: os pais pelo desempenho dos filhos na escola e os docentes pela péssima qualidade de ensino.

Na sociedade atual prevalece a competição, na qual só os melhores vencem. Nessa ótica dos neoliberais, a escola funciona mal porque as pessoas ignoram o valor do conhecimento; os professores são considerados ociosos e não buscam novos conhecimentos; há o desinteresse dos alunos pela aprendizagem; etc. Nesta perspectiva, consideram que para sanar a crise educacional é imprescindível a criação de um mercado de caráter meritocrático.

Os principais objetivos dos neoliberais para implantação no tocante as reformas educacionais são:

- estabelecer mecanismos de controle e avaliação nos espaços educacionais;
- transferir a educação da esfera federal para estadual e municipal;
(municipalização do sistema de ensino)
- desenvolver sistemas nacionais de avaliação;
- desenhar e desenvolver reformas curriculares;
- desenvolver estratégias de formação de docentes centralizadas;
- articular e subordinar a produção educacional no mercado de trabalho.

A adequação da gestão da educação à semelhança da gestão da empresa busca promover a empregabilidade e reproduzir a competição de mercado, dentro do conceito de “total quality”, onde os resultados são cobrados e avaliados, desta forma anulando a sua função “social”.

O neoliberalismo conduz a um conjunto de estratégias no intuito de transferir a educação do campo dos direitos sociais ao universo do mercado, dentro de parâmetros produtivos e empresariais, conduzindo à exclusão com a

promessa da obtenção de uma educação de qualidade que atenta aos padrões do mundo moderno.

Neste sentido, a educação tem que ser padronizada como um mercado educacional, com mecanismos competitivos, fornecendo às pessoas os conhecimentos que necessitam para viver na sociedade do saber.

Neste âmbito, as instituições escolares desempenham a função de transmitir determinadas competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho competitivo, seletivo e escasso.

A educação de qualidade tornou-se um privilégio para as minorias, ação tão presente no decorrer de nossa história, promovendo a exclusão e a discriminação de classe, raça e gênero, por intermédio do capitalismo.

Conforme Saviani (2008), esse processo de transformações na educação teve no final dos anos 1980, um forte movimento de reação na reunião de educadores na Conferência Brasileira da Educação (CBE), já demonstrando sinais dos movimentos pedagógicos de esquerda, onde foram discutidos os temas básicos: Escola Básica, Estado e Educação, Sociedade Civil e Educação, Trabalho e Educação e Universidade e Educação.

A introdução do ideário neoliberal nas políticas educacionais provocou mudanças nos processos de formação dos trabalhadores, estabelecendo novas relações entre o mundo do trabalho e a educação.

Na era do ouro do capitalismo, chamada de “Estado do Bem Estar Social”, defendia-se o emprego pleno, a educação tinha o papel de qualificar os indivíduos para um mercado que tinha como exigência uma força do trabalho estável (obra qualificada).

A crise que se instalou na economia mundial no início da década de 1970, criou a necessidade de elaboração de novas estratégias de recuperação das taxas de lucratividade, essência do sistema capitalista. Em consequência, os países centrais da economia mundial iniciaram o processo de transformações na produção, denominada de “reestruturação produtiva”, que se caracteriza pela introdução de novos padrões de organização da produção, baseados em tecnologias novas, em métodos novos de gestão da produção de mercadorias, nas novas formas de utilização da força de trabalho e modos novos de regulação estatal, cujo objetivo principal é constituir uma nova

hegemonia do capital na produção. Esse modo de organização da produção foi denominado por Harvey (2000) como de “acumulação flexível”.

A transição do fordismo para a acumulação flexível desdobrou-se em profundas mudanças nas normas, hábitos, atitudes culturais e políticas para toda a sociedade.

Na análise de Antunes (2000), essas transformações tiveram grandes impactos para o mundo do trabalho, nas suas formas de representações sindical e política e na participação na estrutura produtiva foram tão profundas, que a “classe que vive do trabalho” viveu sua pior crise no século XX, atingindo sua materialidade, sua subjetividade e sua forma de ser.

Entre as conseqüências dessas transformações no processo produtivo pode-se destacar a intensa desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual; um processo intensificado de subproletarização, presente no trabalho parcial, precário, temporário, a terceirização do trabalho em diversos setores produtivos; o crescente assalariamento no setor de serviços, a heterogeneização do trabalho pela crescente presença da mulher no mundo operário e o desemprego estrutural em grandes dimensões.

A significativa redução dos operários tradicionais se processa de forma bipolar: num extremo há em alguns ramos uma maior qualificação do trabalhador, num efetivo processo de intelectualização do trabalho manual, que torna o operário em “supervisor e vigia do processo de produção”, enquanto no outro extremo ocorre a intensa desqualificação em alguns ramos e diminuição em outros, numa subproletarização, que se expressa no trabalho precário, informal e temporário. (ANTUNES, 2000)

As mudanças no modo de organização do trabalho criaram o perfil de um novo tipo de trabalhador, que caracteriza-se pela polivalência e flexibilidade, que torna-o apto a desempenhar múltiplas tarefas.

Essa nova realidade do mundo do trabalho se fez presente no Brasil desde o final dos anos 1980, com maior ênfase no decorrer dos anos 1990, quando muitas funções foram extintas e outras transformadas, requerendo esse novo perfil de trabalhador.

Trata-se de uma nova realidade que impôs novos desafios à educação, no sentido de acompanhar essas transformações e formar o trabalhador no novo perfil imposto pelo mercado de trabalho. São transformações que se

desdobram com profundas conseqüências para as diversas áreas da sociedade, sendo a educação uma das mais atingidas.

Na década de 1990 prevalecem então os interesses individuais das pessoas, na aquisição de competências e habilidades para conseguir a condição de empregabilidade e almejar melhores posições dentro do mercado de trabalho.

Neste novo contexto, a educação passa a preparar as pessoas, por meio de uma vasta demanda de cursos, para dar a condição de empregabilidade e a capacidade de competição no mercado de trabalho.

Com relação à educação, os ideais neoliberais foram propagados por meio do “Relatório Jacques Delors” publicado pela UNESCO em 1996, com o objetivo de traçar as linhas orientadoras da educação mundial no século XXI (SAVIANI, 2008). O Banco Mundial, também, tem atuado como o principal ideólogo da reestruturação do capitalismo, que se realiza sob o ideário neoliberal, com o intuito de implantar políticas educacionais sob rígido controle econômico, aos países em desenvolvimento.

No Brasil, o processo de esvaziamento do Estado incluiu o sistema educacional, tendo sofrido alterações na organização do plano político e pedagógico.

Segundo Saviani (1997), a LDB de 1996 (Lei 9.394, de 20.12.1996) expressa a opção por uma “lei minimalista” compatível com o “Estado mínimo”, de acordo com a orientação política dominante, de concepção neoliberal. A LDB foi elaborada deixando muita coisa em aberto, aparentemente para viabilizar as ações do MEC. As reformas efetivadas posteriormente nos diversos níveis de ensino se enquadram nesta estratégia de ajustes aos novos parâmetros globais.

Após a instituição da LDB de 1996, a educação brasileira foi reformulada por meio dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), com as orientações das idéias contidas no “Relatório de Jacques Delors”, publicado no Brasil em 1998 com o título “Educação: um tesouro a descobrir”, o qual propaga a competência de “aprender a aprender”, ou seja, a aquisição de capacidade na busca de conhecimentos por si mesmo, aprender a estudar, a lidar com novas situações. (SAVIANI, 2008)

Este forte movimento de reformas pedagógicas no Brasil, desde 1990, estabelecem um paradigma pós moderno, o de capacitar para adquirir novas competências e habilidades, dentro das instituições escolares, sindicatos, igrejas, organizações não governamentais, clubes esportivos, etc.

As escolas aderiram à prática de ensino das competências, ao invés do ensino centralizado nas disciplinas de conhecimento; do treinador, ao invés do professor; da doutrinação, ao invés da conscientização e formação de agentes críticos; criando uma intensa demanda de cursos exigidos pelo mercado dentro do paradigma de “Qualidade Total” e da pedagogia corporativa, evidenciando as vantagens do exercício da competição entre os indivíduos no mercado de trabalho.

Conclui-se que uma nova modalidade do capital humano expandiu-se na última década do século passado, na mudança do fordismo ao toyotismo, ocasionando uma educação que inclui e ao mesmo tempo exclui, por intermédio do alto índice de estudantes matriculados na vasta demanda de diversos cursos carentes de qualidade, com promessas de oportunidades de ingresso ao mercado de trabalho, mas gerando um desajuste pedagógico, através das políticas de progressão continuada, ensino em ciclos, classes de aceleração, etc. Ou seja, todos na escola, mas poucos conquistam um lugar ao sol.

As reformas das políticas educacionais foram introduzidas na sociedade, devido ao processo de demanda e exigências da produção e do mercado com apoio de organizações financeiras, como o Banco Mundial, transferindo o papel de responsabilidade do Estado, para o setor privado. O intuito era de promover um sistema educacional competitivo com um padrão de ensino de acumulação flexível para a formação de trabalho e consumo.

As políticas neoliberais produzem formas de controle de trabalho, por meio de avaliações, currículo, formação, financiamento e administração das escolas, colaborando com a construção da força de trabalho, de consumidores e preservação social.

As reformas educacionais pautavam um modelo gerencial e regulador, presente no mercado global competitivo. A educação assumiu um papel de modernização, de gerência, de descentralização, de autonomia, de

competitividade, da produção e da qualidade total para atender às exigências do mercado.

As instituições escolares passam então a ser responsabilizadas pela gestão de eficiência e eficácia do ensino, através da adoção de modelos gerenciais, característicos do setor privado, como a capitalização de recursos financeiros e organização do trabalho escolar.

Sendo assim, a qualidade da educação teria garantias através das avaliações e do sistema meritocrático.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB Nº 9.394/96) dita orientações para a gestão democrática da escola (art. 3º), com relação ao espaço físico, trabalho pedagógico, participação de atores escolares e integração escola e comunidade.

Cabe ao corpo docente, técnicos e gestores da escola, a integração de ações entre os âmbitos municipais, estaduais e federais de ensino, no intuito de empregar com eficiência.

1.2. Educação e Responsabilidade Social

A educação deve se constituir em espaços de formação de sujeitos de vanguarda no exercício de práticas socialmente responsáveis, promovendo a reflexão, o reconhecimento das diferenças, o combate às desigualdades, a prática da cidadania e a preocupação com o meio ambiente.

Afinal o que é responsabilidade social? Uma ação socialmente responsável? Na escola caberia este conceito? Trata-se de um tema relativamente novo, mas em profunda evidência, sustentado pela reorganização do Estado e a globalização.

Segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2001), responsabilidade social é um conceito, segundo o qual, as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Com base nesse pressuposto, a gestão das empresas não pode e/ou não deve, ser norteadada apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas, mas também pelos outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os

fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral.

Cardoso (2002), afirma que o conceito de responsabilidade social deve ser entendido a dois níveis. O nível interno, o qual está relacionado com os trabalhadores e, mais genericamente, a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados. O nível externo tem em conta as conseqüências das ações de uma organização sobre os seus componentes externos, nomeadamente, o ambiente, os seus parceiros de negócios e meio envolvente. Num contexto da globalização e de mutação industrial em larga escala, emergiram novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores.

Em geral, não há uma definição precisa para responsabilidade social. Há algumas conceituações diferentes, que de forma geral diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral.

Alguns sociólogos entendem como sendo responsabilidade social a forma de retribuir a alguém, por algo alcançado ou permitido, modificando hábitos e costumes ou perfil do sujeito ou local que recebe o impacto.

Responsabilidade social como estratégia de inserção na comunidade, pela qual a empresa busca aprimorar suas relações com a comunidade e a sociedade e também a definição de novas formas de continuar nela inserida.

A responsabilidade social é vista como estratégia para o desenvolvimento social da comunidade, de forma, que a organização passa a assumir papel de agente do desenvolvimento local, junto com outras entidades comunitárias e o próprio governo.

Responsabilidade social como promotora da cidadania individual e coletiva, a empresa, mediante suas ações, ajuda seus colaboradores a se tornarem verdadeiros cidadãos e contribui para a promoção da cidadania na sociedade e na comunidade.

O conceito de responsabilidade social como estratégia de integração social, parte do pressuposto de que o maior desafio histórico da nossa sociedade atual é o de criar condições para que se atinja a efetiva inclusão social no país.

Por exemplo, uma empresa que patrocina um time de futebol ou vôlei que supostamente tenha condições de se manter sozinho é um exercício de responsabilidade social, desde que a relevância do fato desta determinada empresa efetuar tal patrocínio tenha relevância social e seja de amplo espectro de aplicação. Tornando mais fácil ao acesso da educação, esporte, cultura, entre outros a comunidade local envolvida.

Responsabilidade social é um conjunto amplo de ações que beneficiam a sociedade e as corporações que são tomadas pelas empresas, levando em consideração a economia, educação, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, atividades locais e governo. Essas ações otimizam ou criam programas sociais, trazendo benefício mútuo entre a empresa e a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, quanto da sua atuação da empresa e da própria população.

Com referência à educação faz-se necessário relatar que, conforme cita o Guia de Ações Complementares à Escola, edição 2002, o Brasil herdou de seu processo de colonização um quadro de profundas desigualdades e injustiças sociais, cuja brutalidade se revela hoje nas precárias condições de vida da maioria das crianças e dos adolescentes pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

No período do Império não viu instalar-se, como em outros países, uma rede nacional de ensino nem mesmo a preocupação com a educação de crianças ou adultos. A República herdou um país sem instituições públicas que garantissem os serviços básicos de educação, saúde, moradia, etc.

O Instituto Ethos e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, visando a melhoria da qualidade da educação como estratégica básica para subsidiar o monitoramento das reformas e das políticas educacionais, elaborou o manual "O Que as Empresas Podem Fazer Pela Educação" (Anexo A), o qual orienta o poder público e a sociedade civil ao desenvolvimento de ações para a prática de Responsabilidade Social.

A referida publicação esclarece que a educação é responsabilidade do Estado e de toda a sociedade civil. A ação de indivíduos ou empresas não exime os governos municipais, estaduais e federal de suas obrigações, mas pode contribuir para sua efetivação. Além de suprir as necessidades

emergenciais, o envolvimento das organizações com o dia a dia da escola é um exercício de cidadania e de parceria com o Estado. A ação na educação é vista como participação em causas de interesse social e comunitário. Sem substituir o Estado ou contrapor-se ao trabalho remunerado, reflete a disposição para atuar em questões de interesse coletivo.

Responsabilidade Social para as empresas, segundo o Instituto Ethos, trata não somente do financiamento de projetos sociais no entorno imediato, mas diz respeito, sobretudo, à atitude ética em todas as relações: como funcionários, fornecedores, clientes, comunidade, governo e meio ambiente.

A atuação das empresas no campo social para melhorar as condições de vida das camadas de baixa renda tem a educação como uma das prioridades

A relação institucional com a escola se caracteriza como uma parceria. Parceria é uma relação de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses comuns, a qual é construída gradualmente, através do diálogo, negociações e disposição para vencer os obstáculos.

Quando a empresa tem conhecimento da realidade do dia a dia da escola do lado “de dentro”, de quem se defronta com dificuldades de toda a ordem, os funcionários da empresa ampliam sua visão das dificuldades da escola pública e podem ajudar a equipe escolar na busca de soluções. Esse envolvimento ainda pode gerar a possibilidade do empresariado se aliar à escola e colaborar mais ativamente no desenho de políticas públicas, no intuito que elas supram às necessidades dos alunos.

Além do benefício direto do aluno, a união empresa-escola pode se reverter em lição de cidadania: exercício do trabalho em parceria e da participação social.

O papel da escola é a garantia de aprendizagem de todos os alunos, através da elaboração de um projeto educativo de qualidade com a definição dos valores importantes na formação dos educandos, prioridades e desafios, conteúdos e metodologias de aprendizagem, resultados esperados e métodos de avaliação das ações.

A escola com qualidade de ensino requer instalações adequadas, construção bem conservada, docentes bem formados e bem remunerados, alunos em boa forma física e bem alimentados, infra-estrutura de serviços públicos e famílias em condições dignas.

Para concretizar as ações de cunho social à escola, faz-se necessário ter conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, aprovada em 1996, servindo como orientação para a prática de responsabilidade social:

- igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência de instituições públicas em estabelecimentos oficiais;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- garantia do padrão de qualidade;
- valorização da experiência extra-escolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

(Art. 3º, Lei 9.394, de 20 dez. 1996).

Conforme a Constituição Brasileira, a finalidade da educação é “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, Art. 205 e LDB, Art. 2º).

As práticas de responsabilidade social podem ser aplicadas no ensino: básico, médio, superior, jovens e adultos, profissional e especial.

O ensino profissionalizante poderá ser oferecido no ensino regular e como educação continuada. Tanto em instituições especializadas quando no ambiente de trabalho, visando ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Está aberta a alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental, médio e superior e também ao trabalhador jovem ou adulto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, promulgado em 1990, proíbe o trabalho de menores de 14 anos, e permite que o jovem de 14 a 16 anos trabalhe na condição de aprendiz (desde que esteja cursando o ensino regular). Empresas que contratam adolescentes de 14 a 16 anos devem obedecer às leis que regulam o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Essa crescente demanda por práticas de responsabilidade social, nos países em desenvolvimento, possuidores de uma vasta desigualdade social,

como o Brasil, se explica pelas políticas neoliberais formuladas no “Consenso de Washington” na década 90, ou seja, a organização do capital internacional e a reordenação das práticas econômicas, políticas, sociais e culturais geradas pela globalização.

Nesse novo contexto, a impossibilidade do Estado de garantir as condições mínimas de sobrevivência dos indivíduos de baixo poder aquisitivo, repassa às empresas a responsabilidade em desempenhar um papel social complementar, com o objetivo de diminuir a desigualdade social e amenizar os conflitos sociais.

As conseqüências das transformações do capitalismo como o aumento do desemprego, o enxugamento das empresas e a redução da mão de obra fortalecem as ações pertinentes à responsabilidade social das empresas, no intuito de motivar seus funcionários e de passar uma ideia politicamente correta para os seus consumidores.

A responsabilidade social se norteia sob o aspecto político, social ambiental e humano, de maneira que todos são responsáveis uns pelos outros: a escola pelos alunos, as empresas pelos seus clientes, todos nós pelo planeta, etc., ou seja, parte-se da premissa de uma prática que cabe à toda sociedade.

É necessário que tanto as empresas como as instituições retribuam à sociedade, métodos sustentáveis na forma de compensação dos recursos naturais utilizados do planeta, prática que gera lucratividade, mas traz danos ao planeta, à humanidade, à saúde e que promove a exclusão social.

Nesse viés, cabe a educação o papel de atuar como formadora não só no campo profissional, mas na construção da cidadania ética, crítica e de transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

As práticas adotadas pela escola no mundo contemporâneo dão visibilidade à uma formação que têm como prioridade, sanar as necessidades do mercado, ocasionando uma lacuna na construção ideológica dos educandos.

No entanto, a escola é a principal instituição responsável pela promoção da formação de cidadãos críticos, com capacidade de intervir e transformar a sociedade atual, no intuito de eliminar as desigualdades sociais.

Sendo assim, a escola torna-se um espaço de função social do conhecimento da produção da ética e do saber.

Faz-se imprescindível relatar a importância dos educadores na prática docente diária de idéias e atitudes permeadas na concepção da formação para vida e no combate às tendências neoliberais, as quais tanto privilegiam a competição e o individualismo.

1.3. Educação e Cidadania

O conceito de cidadania, abordado numa perspectiva histórica, segundo Martins (2000), apresenta como primeiro pressuposto, a garantia de mecanismos de participação para que os homens possam expressar-se e, assim, projetar mecanismos e relações coerentes com seu modo de ser histórico no mundo, dando a cada um dos indivíduos a igual possibilidade de participação na definição dos rumos de seu próprio destino.

Para Saviani (2008), ser cidadão é participar ativamente da vida da cidade, é necessário o ingresso na cultura letrada, sem a qual não se chega a ser sujeito de direitos e deveres.

O conceito de cidadania deve prever ação dos indivíduos na busca de participarem na definição dos seus próprios destinos históricos, de participarem efetivamente das relações de poder travadas na comunidade em que vivem, pois, somente participando é que poderá esperar um determinado resultado.

São pressupostos de cidadania, a participação com igualdade, o acesso à cultura letrada para informar-se, para decodificar o mundo, conhecer a ciência e tomar posse dos seus frutos.

Cidadania diz respeito aos direitos e deveres dos cidadãos e sua participação nas instâncias políticas e sociais, conceito este defendido entre os diferentes autores que tratam do assunto.

Para Marshall (1967), a cidadania contrapõe-se às desigualdades e sua expressão nas classes sociais, para ele, a participação dos indivíduos nas instâncias sociais, em busca de leis iguais para todos, pode contribuir para a queda das desigualdades do sistema de classes sociais.

O autor divide em três diferentes categorias os direitos de cidadania: os civis surgidos no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX.

Os direitos civis são os referentes às liberdades individuais, liberdade do indivíduo de ir e vir, de expressão, de crença. Os direitos políticos são os que possibilitam a participação no exercício do poder político, através dos partidos políticos, as associações, os sindicatos, o parlamento, etc. Os direitos sociais são os que garantem o bem estar social, como a educação, transporte, saúde e o serviço social.

Como a base do exercício da cidadania, os direitos civis expressam a igualdade de todos perante a lei e deles provêm os direitos políticos, da evolução natural do mundo. Dos direitos sociais são os da cidadania, os mais difíceis de serem conquistados, pois são os que mais impacto causam à sociedade de classes.

Hofling (1987) alega que a cidadania está diretamente ligada à posição social do indivíduo, por intermédio de dois sistemas: os de solidariedade e os de interesse.

Os sistemas de solidariedade tem como exemplo as famílias, os grupos de amigos, as associações voluntárias e são aqueles em que cada membro é cobrada a coerência com seu grupo.

Os sistemas de interesse apresentam-se em contraposição aos de solidariedade; fundamentam-se nas diferenças que caracterizam os interesses dos atores.

Cidadania traz como pressupostos: a participação, a igualdade, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, o preparo para discussão dos problemas comuns à comunidade, o acesso à informação, à cultura letrada e aos bens materiais; fundamentais à sobrevivência digna.

Cidadania é uma prática; não é simplesmente a compreensão passiva da realidade, estando de posse de elementos que possibilitem a decodificação do mundo ao nosso redor.

A prática cidadã deve buscar em sua ação-participação a resolução dos problemas (ausência de bens materiais, simbólicos e sociais), que atingem a vida da comunidade, os quais poderão ser alcançados, através da conquista dos direitos civis, políticos e sociais, ou melhor, pela busca de igualdade em

todos os campos que compõem a realidade dos homens, em oposição à sociedade de classes.

Para Martins (2000), cidadania é a

[...] participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação. (p. 58)

As ações consideradas cidadãs

[...] são aquelas que terão como objetivo fundamental a contraposição à direção e dominação imposta na sociedade de classes. Os cidadãos serão aqueles que, passando por um processo educativo que os leve a superar a condição de indivíduo, efetivamente projetar-se-ão na luta política, pois, conscientes e organizados coletivamente, buscarão a transformação das estruturas que produzem e reproduzem a desigualdade entre as classes sociais. (p. 58)

Para Portela (2000) cidadania é a identidade social do indivíduo com relação à uma determinada sociedade, partindo do pressuposto básico da cidadania, que é a relação intrínseca entre indivíduo/Estado. Portanto não existe cidadania abstrata, mas cidadanias, determinadas de acordo com os interesses do espaço social ao qual pertence o indivíduo.

Com relação a dinamicidade histórico social da cidadania, Portela (2000) relata que a cidadania é dinâmica e reflete as condições econômicas, políticas e sociais da sociedade a qual pertence num período de tempo determinado.

Na Grécia Antiga, a educação e o trabalho eram comum a todos. Todos participavam plenamente da vida da sociedade, deste modo, a cidadania era acessível a todos os indivíduos. Com o enriquecimento da sociedade e a divisão dos homens em livres ou escravos/nobres ou plebeus, a cidadania tornou-se privilégio dos nobres, os quais podiam participar da administração da polis, excluindo os escravos e os artesãos. A educação passou a estar a serviço dos nobres da polis, formando o cidadão de que esta necessitava.

Quanto ao pressuposto que diz respeito à ordem simbólica, Portela (2000) explica que a cidadania é representada pelas crenças, valores e significações socialmente determinadas e aceitas, as quais servirão de mediação entre os indivíduos e o Estado e permitirão a convivência dos indivíduos dentro do espaço social delimitado. Sendo assim, a cidadania é o resultado de uma construção histórica e nela estão incorporados os valores e as significações inerentes ao povo ao qual ela pertence.

O conceito de cidadania é uma construção histórica, que tem mudado de acordo com a divisão: civil, política e social (Marshall 1967).

Na Antiguidade, como as instituições sociais estavam fundidas, os direitos civis e políticos encontravam-se misturados. Os direitos sociais eram diretamente associados ao lugar ocupado pelo indivíduo no contexto social, e, baseado no seu status social, o indivíduo teria alcance a um tipo de justiça, tinha conhecimento onde obtê-la e a sua participação na vida da sociedade era determinada.

A característica básica desse período, segundo Marshall era o fato de não ter

[...] nenhum código uniforme de direitos e de deveres com os quais os homens – nobres e plebeus, livres e servos – eram investidos em virtude de sua participação na sociedade. Não havia, nesse sentido, nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos para contrastar com o princípio da desigualdade de classes. (1967, p. 64)

A cidadania na Grécia Antiga, não diminuía as desigualdades sociais e sim aumentava, quando restringia a condição de cidadão somente aqueles que podiam participar da administração da polis, aos nobres, acentuando a distância entre os indivíduos. A cada categoria de homens: nobres, artesãos, escravos era destinado um tipo de educação, um tipo de trabalho e outros direitos. Os nobres tinham uma participação ativa na vida do polis, gerenciando todas as atividades desenvolvidas naquele espaço social.

Na modernidade, o Estado passou a garantir a igualdade de todos os indivíduos, tendo como fundamento o direito natural, surgindo os direitos e deveres do indivíduo, a justiça e a moralidade: “O Estado civil é, portanto, a esfera pública da sociedade, na qual se realizarão os interesses particulares,

garantidos pela autoridade soberana”. (FERREIRA, 1993, p.52-3 apud PORTELA, 2009).

A modernidade trouxe o desenvolvimento da cidadania concomitante com o capitalismo.

O Estado é que emana os direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são os direitos necessários à liberdade individual; os direitos políticos dizem respeito à participação no exercício do poder político, através da representação ou participação; e, os sociais, referem-se a tudo aquilo que diz respeito ao bem estar do indivíduo: segurança, trabalho, lazer, educação saúde entre outros.

Os direitos civis foram conquistados por alguns países no Século XVIII, os políticos no final do Século XIX e os sociais no Século XX.

Como o Estado, na modernidade, assumiu uma visão eminente individualista, fundamentada na ideologia liberal, tratando o homem como indivíduo que possui pleno domínio sobre seu destino e proprietário de tudo aquilo que conseguir acumular, servindo plenamente aos interesses da burguesia emergente.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a ideologia vinculada pelo Estado Liberal, numa sociedade de interesses antagônicos, serviu para camuflar as desigualdades inerentes a esta racionalidade sob a égide da cidadania.

A partir da modernidade, percebe-se um novo sentido para a cidadania, uma conotação política que veio fortalecer o capitalismo, ou seja, diz respeito a adquirir propriedade de coisas que venham suprir as necessidades e ter direitos e obrigações para com a sociedade, o que diferencia da concepção grega de cidadania, a qual se restringia a participação na administração da polis.

O trabalho e a educação são elementos deste processo de construção da cidadania capitalista. O trabalho agora, diferentemente da visão grega, passa a ser visto como meio necessário para a conquista da cidadania. É por intermédio do trabalho que o indivíduo garante a parcela a que tem direito nas relações sociais, o seu salário, tornando real sua condição de cidadão. O trabalhador é proprietário da sua força de trabalho, ele vende a sua força de trabalho em troca de salário. O trabalhador é proprietário da sua força de

trabalho e o capitalista do capital. Concretizou-se a ideia de que ambos dependem um do outro, e portanto, necessitam conviver em harmonia no espaço social.

No entanto, embora fossem conquistas dos trabalhadores, muitos dos direitos sociais estendidos a estes eram necessários ao próprio desenvolvimento do capitalismo e a nova sociabilidade criada a partir desse desenvolvimento. Por exemplo: quando a economia deixou de ter caráter rural e passou rapidamente à forma urbana, fazia-se necessário a inserção de novos hábitos importantes para o convívio social nas cidades e para a eficiência do próprio trabalho. Saber ler, escrever, contar e adquirir hábitos de higiene eram necessidades básicas essenciais ao novo estilo de vida e ao modelo de produção. A ideia passada para a classe trabalhadora era a de que, deveria ser escolarizada, no intuito de poder melhor participar dos direitos de cidadania.

A política neoliberal incrementada pelos governantes nas últimas décadas favoreceu a alta concentração e uma desigual distribuição de renda.

O Estado mínimo introduziu uma política social de enfraquecimento das conquistas sociais da classe trabalhadora, não introduzindo investimentos financeiros necessários para atender as demandas da população. O Estado investe maciçamente em propagandas que propagam os benefícios de uma sociedade privatizada.

Com a proteção do Estado à economia de mercado, fortalece-se mais as desigualdades sociais, fazendo com que o dono do capital tenha sempre mais e seja o dono da bola, acirrando os conflitos sociais e desarticulando as instituições que representam os trabalhadores. As palavras de ordem são: “mercado”, “escolha” e “direitos do consumidor”, que reduzem o cidadão apenas à condição de consumidor.

O neoliberalismo atribui à intervenção do Estado todos os males sociais e econômicos da nossa atual situação e a iniciativa privada todas as virtudes e soluções; usa os meios de comunicação de massa para a conquista da consciência social hegemônica; e, a educação, como veículo estratégico de preparação para o mercado de trabalho e como via ideológica da proclamação das excelências do livre mercado e da livre iniciativa.

Com o intuito de obter o apoio da população, o discurso neoliberal transforma questões políticas e sociais em questões técnicas, colocando em

discussão se a conquista da escolaridade garante ou não a cidadania, se a qualificação do trabalhador garante ou não a empregabilidade.

Para Höfling (1987) o conceito de cidadania pode ser desmembrado em três aspectos: elemento civil, elemento político e elemento social, sendo possível localizar o aparecimento e a formação de cada elemento em diferentes épocas, isento de rigidez cronológica, mesmo porque em muitas situações históricas, eles estão juntos, amalgamados.

Os direitos civis, que correspondem aos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e fé, de direito à propriedade, à justiça, etc., formaram-se fundamentalmente no século XVIII. Os direitos políticos – participação no exercício do poder político como membro, representante ou representado, de um órgão político; direito de votar e ser votado, etc., no século XIX. E o mais recente deles, os direitos sociais, que implicam todos os direitos relacionados a um mínimo de bem estar social do indivíduo na sociedade, surgiram com força no século XX.

Aos diferentes elementos de cidadania estão estreitamente ligados à determinadas instituições sociais, basicamente. Assim, aos direitos civis, os tribunais de justiça; aos direitos políticos, partidos e entidades políticas; aos direitos sociais, o sistema educacional e os serviços sociais.

Cidadania corresponde a direito e dever e à participação; e cidadania diz respeito a um sistema de igualdade, ou seja, trata-se, da natureza da participação que o indivíduo tem na sociedade em que vive.

Marshall (1967) admite que existe uma “igualdade humana básica”, associada à participação integral na comunidade, alcançada através da cidadania, que existiria mesmo numa sociedade com uma desigualdade inerente, como a sociedade de classes. A cidadania carrega consigo uma “igualdade inerente” que estaria acima das desigualdades provenientes da situação econômica, e que aproximaria os “homens livres” ligados por um patrimônio comum, a civilização e protegidos por uma lei comum.

O fato de pessoas diferentes receberem salários diferentes não deve interferir no direito que todos têm de desfrutar as vantagens oferecidas por um sistema social “(...; se o gerente pode ter um dia livre para assistir a um jogo de futebol, por que não o trabalhador?).” O gozo comum é um direito comum.

Hofling (1987) considera possível a configuração de “áreas de igualdade” no interior de um grupo solidário em torno de interesses comuns, o que possibilita uma ampla participação dos elementos do grupo. Para a autora, “só se participa quando se está entre iguais”.

Marshall (1967) admite a existência ampla desta igualdade entre todos os cidadãos que gozam de status de pertencer a uma mesma comunidade, independentemente de sua posição social. Para Hofling (1987), a igualdade aparece nos “sistemas de solidariedade”, em situações criadas entorno de um objetivo comum, onde as desigualdades deixam de aparecer, pelo menos circunstancialmente.

Na ótica de Hofling (1987), o fato de mais cidadãos terem direito à participação amplia o espectro das desigualdades, à medida que cada um participa com suas propriedades, sua renda, com seu prestígio, enfim, com a cota de poder que sua posição social lhe confere.

Höffing (1987) conclui que quanto mais elevada a posição social de uma pessoa, melhores possibilidades ela terá de participação em diferentes níveis e circunstâncias, estando presente em diferentes atividades.

O poder de influência que uma atividade possibilita a um indivíduo, se reflete automaticamente sobre outras que ele desempenha, sendo assim, o indivíduo terá maior “capacidade” e maior interesse em participar politicamente, utilizando das facilidades de contato que tem em diferentes esferas.

Na sociedade capitalista as decisões estão centralizadas no âmbito das classes e grupos dominantes. Estes exercem um grau decisivo de poder e de controle sobre os meios de decisão política, tanto fora como no interior do Estado. Atuam fora e sobre o Estado, através de pressões que fazem às empresas e organizações políticas, sociais e culturais criadas e mantidas por estes grupos.

Os indivíduos com melhores posições de hierarquia vertical da divisão do trabalho e do capital são também os melhores colocados na hierarquia das tomadas de decisão.

Para a autora é altamente questionável a colocação de que os direitos de cidadania podem ser exercidos igualmente por todos aqueles que fazem parte de uma mesma sociedade, especialmente de uma sociedade de classes como a brasileira, incontestavelmente desigual.

Höfling (1987) afirma que uma das maneiras eficazes de não contribuir para o preparo do cidadão, é lesar o educando de um conhecimento o mais real possível da sociedade em que vive, da história desta sociedade, do processo de formação e transformação dela, etc. – condições essenciais para uma atuação efetiva do indivíduo, em termos sociais e coletivos, e condições que a escola brasileira hoje está longe de desenvolver.

2. A ATUAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA DO CPDB

Este capítulo apresenta o conceito de educação sócio comunitária, a partir dos fundamentos históricos da prática de Dom Bosco, a qual teve início em seu Oratório de Turim, com os adolescentes pobres, provindos da área rural.

A prática sócio-comunitária pelos Salesianos começou bem antes da fundação da Ordem por S. João Bosco em 1859, na ação de Dom Bosco na área comunitária. “Na prática educativa salesiana como em toda a legislação da Sociedade Salesiana de São Francisco de Sales sempre foi e continua sendo a comunidade educativa, a categoria básica institucional.” (ISAÚ, 2007, p. 18).

O padre Giovanni Dom Bosco nasceu em Becchi, pequeno vilarejo próximo de Turim, na Itália. Em 1841, em meio às transformações sociais provocadas pela industrialização da Europa e pelo processo político da unificação da Itália, tornou-se padre e fundou na cidade de Turim, o Oratório Festivo, o qual consistia em uma instituição de assistência e educação para jovens.

O Oratório Festivo de Dom Bosco era uma proposta de educação no tempo livre (o lazer, o esporte, a brincadeira), da catequese, de normas básicas de educação e de higiene, a qual atendia especialmente aos adolescentes das classes populares. Realizado, sobretudo, nos finais de semana, através de campeonatos, passeios, shows, oficinas culturais. Esses jovens oriundos de áreas periféricas e miseráveis de Turim, tinham um lugar para recreação e convivência tranqüilas, gozando de intensos momentos de alegria e festa, cultivando valores positivos como amizade, fraternidade, cordialidade, honestidade e religiosidade. (ISAÚ, 2007)

No intuito de preparar os adolescentes para o mercado de trabalho, Dom Bosco criou escolas profissionais, firmando os primeiros contratos de trabalho da história, através de negociações favoráveis, para que o emprego não prejudicasse os estudos de seus jovens, os quais ele costumava chamar de “os filhos do povo”. Nascia então, no ano de 1854, com o propósito de atender à educação de jovens carentes, o primeiro grupo “Salesiano”.

Para Dom Bosco, a educação está impregnada do social, além do Oratório Festivo, eram praticadas por ele, estratégias de educação social como: escolas, obras sociais, missões, corais de música e produção de materiais didáticos como: livros escolares, manuais religiosos e peças teatrais em uma linguagem simples destinadas à instrução popular, especialmente aos jovens.

O sistema educativo Salesiano iniciado por Bom Bosco baseia-se na trilogia: razão, religião e amorevolezza (carinho, amor educativo), denominado sistema preventivo. (ISAU, 2007, p. 14)

O sistema preventivo é um método ativo social que precede e supera o que traz de bom a escola ativa, a escola do trabalho, a escola para todos e semelhantes, evitando extravios e excesso.

Para Dom Bosco a educação religiosa e a social caminham juntas, uma vez que somos criados para o outro, ou seja, “nascemos para servir os outros”.

As instituições salesianas têm como característica essa identidade histórica (raízes e práxis educativas), ou seja, seus projetos e ações com a marca da articulação sócio comunitária.

Nessa concepção, a educação é a construção da instituição educativa é feita por uma comunidade e o seu resultado histórico não é dado pelo mérito apenas dos educadores, mas de todos os que participam desse processo, principalmente os educandos. (ISAU, 2007, p. 18)

Essa concepção resulta da histórica prática educativa baseada no compromisso pelo social. A trajetória histórica sistematiza a contribuição da identidade salesiana e comprova a ampla diversidade de práticas educativas sócio comunitárias que atualmente se apresentam nos mais diferentes ambientes e instituições, como o CPDB.

O propósito do CPDB é oferecer aos jovens de baixa renda formação profissional e condições para o seu desenvolvimento como indivíduo, segundo os valores de liberdade e dignidade, visando sua inserção no mercado de trabalho e sua realização pessoal.

“O modelo de educação formalizada na Escola Salesiana São José, no Centro Profissionalizante Dom Bosco, procura dar uma formação humana completa para que o educando se torne uma pessoa autônoma e capaz de participar da sociedade e, ao mesmo tempo, domine o conhecimento dentro da sua área

de trabalho e não seja apenas um objeto, mas sujeito de processo de produção. Também ele deve ser agente de transformação social.” (Com Dom Bosco e com os Tempos, p. 171)

O CPDB, ocupa aproximadamente uma área de 3.000m², em sua grande maioria de oficinas, laboratórios e salas de aula, dentro do terreno da sua mantenedora, a Escola Salesiana São José (ESSJ), localizada na Avenida Almeida Garret, 267, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Campinas, SP.

A ESSJ foi inaugurada oficialmente, em 25 de Maio de 1953, como Associação Agrícola de Educação e Assistência, localizava-se afastada do centro, fora do perímetro urbano ocasionando dificuldades de meios de transporte e tinha como objetivo ministrar cursos profissionalizantes e agrícolas a meninos pobres, órfãos e necessitados.

No ano de 1954 já atendia aproximadamente 214 internos nas suas oficinas de mecânica, carpintaria, sapataria, alfaiataria, tipografia, encadernação e em suas plantações administradas pelo um bom grupo de Salesianos Coadjuutores (Sc), jovens ou experientes, que aqui se aperfeiçoavam em várias habilitações e consolidaram o ensino profissional.

Na data de 1^o de Maio de 1962 foi inaugurado o prédio das salas de aulas, atualmente ocupado pelos educandos da 1^a a 4^a séries e em 08 de dezembro do mesmo ano foi inaugurado o pavilhão da oficina de marcenaria.

Em 1961, seis coadjutores salesianos fizeram na cidade de Curitiba, localizado no estado do Paraná, um curso de especialização nas áreas de eletrônica, mecânica, marcenaria e artes gráficas, o que propiciou o desenvolvimento dos cursos e colaborou significativamente para a qualidade do ensino profissional da escola.

Ainda em 1961, a escola abriu suas portas para a comunidade externa, para freqüentar apenas o antigo curso Primário ou Ginásio Industrial, diferentemente dos alunos internos que residiam na escola.

Os dados apontam que naquela época, dos 283 aprendizes, 72 frequentavam a mecânica e 24 a marcenaria, sendo que a primeira turma formou-se no ano de 1964.

Entre os anos de 1967 e 1968 com a implantação do curso de eletromecânica, a escola instalou cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

Tabela 1 – Concluintes do curso de Aprendizado Industrial de 1964 à 1970

Anos	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Mecânica de Máquinas	07	10	15	14	10	15	12
Trabalho em Madeira	06	04	03	04	07	06	03
Artes Gráficas	01	02			07	02	01
Eletrotécnica					05		
Totais	14	16	18	18	29	23	16

Fonte: (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 110)

Com as modernas instalações da Escola Técnica de Telecomunicações de Campinas – ETEC, em 1972, abriu-se o antigo 2º grau com os cursos de Eletrônica e de Telecomunicações, com equipamentos modernos financiados pela fundação MISEREOR, da Alemanha, o que proporcionou um enorme desenvolvimento e avanço de qualidade. O curso de Telecomunicações encerrou-se em 1986, com o início do curso de Processamento de Dados.

Em 1972, a Escola abria suas portas para os adolescentes da periferia para uma significativa formação profissional mediante os cursos profissionalizantes, através de seu Centro Juvenil ou Oratório. Cinco anos depois, em 1977, firmou-se um convênio com a Secretaria de Promoção Social com a finalidade de criar infra estrutura composta de recursos materiais, financeiros e técnicos, implantando-se os cursos de Datilografia, que funcionou até 1982, e de Noções de Escritório.

Tendo em vista a Lei nº 5.692/71, que criou o ensino profissionalizante, em 1976, foram mantidos os primeiros contatos com a ESSJ para a assinatura de um convênio, através do qual esta oferecia a parte de formação especial dos currículos plenos, de alunos das escolas estaduais, moradores nas vilas planejadas.

Para atender à periferia da cidade, em 1976, a escola propiciou cursos profissionalizantes de mecânica e eletrotécnica, além de educação não formal,

orientação moral e religiosa e recreação aos sábados e domingos a jovens carentes (meninos). (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 126 e 127)

Em 1977 e 1978, esse sistema foi ampliado e estendido às meninas com a oferta dos cursos de secretariado, auxiliar de escritório e datilografia, com a colaboração da Secretaria de Promoção Social do Município de Campinas. (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 127).

No ano 1978, com o fechamento do Ginásio Industrial, o internato, iniciou a terceira etapa do desenvolvimento dos cursos profissionalizantes, que passaram gradativamente de quatro anos para dois nas áreas de marcenaria, mecânica e eletricidade.

Os meninos que estudavam na Escola freqüentavam, pela manhã, as aulas de cultura geral, e, à tarde de cultura prática, alunos de 5ª série em diante faziam os cursos profissionalizantes de eletromecânica, mecânica e marcenaria que duravam quatro anos. Durante o período de férias, faziam estágio renumerado em empresas e indústrias. Terminado o curso, já haviam garantido o emprego, porque as indústrias sempre procuravam, na Escola, adolescentes que estivessem realizando cursos profissionalizantes ou já formados, devido à falta de mão de obra especializada.

Com a renumeração do estágio, os adolescentes podiam cobrir as despesas para renovação de seu vestuário, comprar o que desejavam e satisfazer as necessidades de sua idade. (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 133).

Na década de 70, a Escola São José apresentava um crescimento notável nos cursos profissionalizantes, conforme dados estatísticos abaixo:

Tabela 2 - Evolução das Matrículas nos cursos profissionalizantes dos anos 1970

ANO	Ensino Profissionalizante
1976	50
1977	75
1978	131
1979	184
1980	182

Fonte: (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 144)

A escola São José sempre estava aberta ao atendimento, como de praxe em todas as escolas ou casas salesianas a adolescentes provenientes de famílias socioeconômicas precárias.

Em 1979, a escola apresentava seu programa já bastante desenvolvido, ou seja, sua caracterização e os projetos principais que eram a recreação, a educação não formal e o projeto de profissionalização.

A Escola São José, desde 1976, já vinha mantendo um Curso Profissionalizante para adolescentes, oferecendo especializações nas áreas de Mecânica, Marcenaria e Eletrotécnica, em nível de 1º Grau. Essa profissionalização vinha sendo desenvolvida no período de quatro horas diárias, durante todo o ano letivo, e completada com aulas de formação humana, cultura religiosa e esportes. Aos alunos era fornecido um lanche diário.

Programações extras eram realizadas com os adolescentes no decorrer do período escolar, a saber:

- participação em Missas mensais e por ocasiões especiais;
- diversões nos salões de jogos (hoje reformado para teatro e salão de atos), diariamente, antes da entrada das aulas;
- passeio ciclístico até à UNICAMP;
- reunião de abertura aos pais;
- festa do Dia do Trabalho;
- festa do Dia das Mães;
- festa junina;
- comemoração dos aniversariantes;
- passeio à Cidade dos Meninos, em Jundiaí;
- realização de jogos e tardes esportivas;
- reunião com os pais para a entrega de boletins escolares
- festa do Dia dos Pais

Em virtude da procura de um curso profissionalizante para adolescentes do sexo feminino, foi implantado, em Maio de 1978, o curso de Datilografia, que também oferecia mercado de trabalho. Assim, foram acolhidas 66 jovens, na faixa etária de 14 a 16 anos e que tinham, no mínimo cursado até a 4ª série do ensino fundamental completa.

No ano de 1979, a freqüência aos cursos profissionalizantes atingia 505 adolescentes, dobrando as classes e obrigando a Escola a abrir outro período. Até esta data a desistência chegou a 30 adolescentes, número inferior aos anos anteriores. As razões da desistência se prendiam a:

- falta de condições físicas e psicológicas do adolescente para a longa permanência na escola

(pela manhã, profissionalização e à tarde, Ensino Fundamental, e vice versa);

- horários comuns às duas Escolas, em prejuízo do adolescente;

- adolescentes que se matriculavam e mudavam de residências, não chegando a iniciar o curso;

- adolescentes que, mesmo antes de completar o curso, conseguiam empregos renumerados e iniciavam a vida profissional para contribuir no orçamento familiar antes do previsto.

Em 1978, 95 adolescentes foram habilitados para imediata inserção no mercado de trabalho. Neste ano, o número de adolescentes frequentando os cursos profissionalizantes era de 475, subindo para 505 adolescentes em 1979. (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 149).

Na década de 1980, o crescimento das matrículas continuou, demonstrando o sucesso do projeto educativo da escola. (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 196).

Tabela 3 – Evolução das matrículas no ensino profissionalizante na década de 1980

ANO	ENSINO PROFISSIONAL
1980	184
1981	207
1982	216
1983	199
1984	200
1985	210
1986	253
1987	237
1988	219
1989	243

Fonte: (SANTOS e CASTILHO, 2003, p. 172)

Em 1980, um novo convênio permitiu a abertura do período noturno para maiores de 18 anos, com a implantação do Programa Comunitário de Formação Profissional, que estendeu a freqüência aos cursos também aos familiares dos educandos.

Em 1986, a Escola Salesiana São José, devido à mudanças na sua política educacional, deixou de oferecer os cursos profissionalizantes aos educandos da escola.

Dentro desta nova fase, os cursos profissionalizantes de mecânica industrial, marcenaria e eletricidade, com duração de dois anos, passaram a ser oferecidos exclusivamente para os adolescentes de baixa renda da escola pública.

Em 1992, a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA) foi consultada sobre a possibilidade de estabelecer um convênio para treinamento de instrutores, de orientação vocacional e de um banco de produção para material didático.

Em 1993 foram elaborados novos projetos com aquele Centro, atendendo especialmente a formação de Orientadores Educacionais para desenvolver trabalhos de orientação profissional para adolescentes com necessidades educacionais especiais.

Em 28 de Maio de 1993, iniciou o Curso de “Maiêutica”, sobre Orientação Profissional. Em agosto de 1993, assinava novo convênio visando oferecer um curso de Orientação Profissional para Assistentes Sociais, Orientadores Educacionais e Psicólogos.

Em 1993 a escola, mantinha em nível de 1º grau, os cursos de:

- ajustagem mecânica, tornearia mecânica e mecânica geral;
- eletricista instalador, reparador de eletrodomésticos, eletricista enrolador e comandos elétricos;
- eletrônica básica, reparador de circuitos eletrônicos e reparador de circuito eletrônicos industriais;
- costura caseira e industrial, corte e modelagem industrial;
- desenho de máquinas;
- marcenaria.

Eram ministradas a todos os cursos as disciplinas de Tecnologia, Matemática Aplicada, Desenho Técnico e Geométrico, Prática de Oficina e Laboratório, Educação Física e Desenvolvimento Humano e Cidadania.

Desde 1988, o CPDB estabeleceu um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), recebendo apoio técnico, pedagógico e financeiro, através do Programa de Iniciação Profissional do Menor (PIPM), para a profissionalização de adolescentes de baixo poder aquisitivo.

No segundo semestre de 1989 foi implantado o Curso de Costura Industrial em parceria com o SENAI e com VITAE, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social.

No ano de 1990, o centro abria cursos para adultos no período noturno, também em parceria com SENAI, e a partir deste ano, consolidou-se o nome CENTRO PROFISSIONAL DOM BOSCO – CPDB.

Em 1992, através da definição da grade curricular dos cursos profissionalizantes, integrou-se a disciplina de Educação Física, no intuito de colaborar no processo de formação do educando no aspecto cognitivo e motor. Neste ano foram implantados os cursos: Desenho de Máquinas, Curso de Costura Industrial e Eletrônica Básica.

O CPDB estabeleceu uma parceria com a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – FEAC em 1993, com o propósito de atender adolescentes em situação de risco social, ligados à entidades de assistência. Este convênio viabilizou o encaminhamento de adolescentes para um ensino profissional de infra estrutura e tecnológico. Ainda em 1993, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de identificar os principais motivos de evasão escolar, A tabela 4 mostra os resultados da pesquisa, que aponta o custo do transporte como a principal causa da evasão.

Tabela 4 - Causas da Evasão dos Alunos no ano 1993

Causas da Evasão	Porcentagem dos Alunos
Custo Vale Transporte	23,1%
Horário da Outra Escola	17,6%
Abandono	16,5%
Horário de Trabalho	14,3%
Retenção Conselho Classe	8,8%
Inadaptação ao Curso	8,8%
Problemas Saúde	4,4%
Serviço Militar	3,3%
Razões Financeiras	3,3%

Fonte: Miranda, 1998, p.143.

A reestruturação do CPD foi iniciada em março de 1994, através da nova coordenação, redirecionando as atividades técnicas e pedagógicas com a introdução dos laboratórios de simulação de tecnologias CAD,CAM e CAE e na aquisição de equipamento de manufatura computadorizado; e no processo de seleção dos candidatos.

Com relação ao processo de seleção de candidatos foram consolidados os seguintes critérios: escolaridade, idade e renda per capita familiar, resultado das análises das entrevistas efetuadas pelo serviço social, incluindo as sessões de orientação profissional.

Ainda no ano de 1994, o CPDB consolidou uma parceria com a FEAC, na qual o CPDB era responsável pelo ensino profissional e a FEAC pelos recursos financeiros para lanche, vale transporte, uniforme e material escolar para o atendimento aos adolescentes de baixa renda da periferia de Campinas e região.

Em 1995 foram encerrados os cursos de profissionalização do período noturno, denominado de Programa de Formação Profissional –PCFP, devido ao alto índice de evasão.

O CPDB está de acordo com a Lei Orgânica Social – LOAS, Lei 8742 – de 07/12/95, a qual determina as políticas públicas nacionais e municipais de assistência social; inscrito no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Conselho Municipal

da Criança e Adolescente - CMDCA, e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SADS.

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, capítulo V, que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, pelos artigos 60, 61,62,63 inciso I, II e III, 67 inciso I, II, III e IV, 68 1ª, 69 inciso I e II., é cumprido pelo CPDB.

Atualmente (ano de 2010), o CPDB atende gratuitamente 450 (quatrocentos e cinqüenta) adolescentes de ambos os sexos na faixa etária entre 14 e 18 anos, sendo que a idade necessária para ingresso é de 14 a 16 anos de idade.

Os cursos oferecidos atualmente são: Processos Industriais do Vestuário/Design de Moda, Desenho Industrial, Eletricidade Industrial/Automação, Marcenaria/Design de Móveis e Mecânica Industrial.

Em todas as suas grades curriculares, além das disciplinas técnicas, o CPDB oferece aulas de Desenvolvimento Humano e Cidadania e Educação Física.

O corpo docente é uma equipe interdisciplinar formada por engenheiros, professores, com especialização em suas áreas, juntamente com um grupo de apoio de pedagogo, assistente social e administradores.

O CPDB, através do seu departamento de Serviço Social, desenvolve atividades de mobilização social e implantação de programas voltados para orientação profissional, bem como a integração do adolescente no mercado de trabalho. As atividades sócio-educativas objetivam, também, o desenvolvimento da cidadania e apoio sócio-familiar.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada no CPDB, com docentes e educandos, tendo por objetivo analisar a prática da responsabilidade social e a formação para a cidadania.

A técnica de coleta de dados adotada foi a aplicação de dois tipos de questionários, um para os docentes (apêndice A) e outro para os educandos (apêndice B). Os questionários foram respondidos pelos sujeitos de pesquisa, sendo dez professores e dez alunos do CPDB. Os alunos foram selecionados aleatoriamente, sendo dois de cada dos cursos: Processo Industrial de Vestuário/Design de moda, Marcenaria/Design de Móveis, Eletricidade Industrial/Automação e Mecânica Industrial.

3.1 Caracterização dos sujeitos do CPDB

Ao pontuarmos as características dos sujeitos do CPDB, o nosso objetivo foi investigar informações em relação à faixa etária, sexo, formação, tempo de docência, aprendizagem, aspectos da prática de cidadania e responsabilidade social desenvolvida pelo corpo docente e educandos do CPDB.

3.1.1 Os educadores

Com um questionário aplicado para dez (10) educadores o intuito foi coletar informações a partir de: identificação, formação, qualificação do docente, tempo de experiência no CPDB, práticas de cidadania e responsabilidade social e a visão das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos do CPDB.

Identificação

A metade da equipe do corpo docente é composta por uma faixa etária de 35 a 45 anos, sendo que dos dez entrevistados, apenas duas são do sexo feminino.

Os dados revelam que há um equilíbrio dentro da faixa etária, mas que o sexo masculino predomina entre os docentes.

Formação

Quanto à formação, todos os docentes possuem nível superior, 04 especialização, 01 mestrado e 01 doutorado e 80% responderam positivamente que o CPDB oferece cursos de aperfeiçoamento.

Esses dados apontam que há uma busca para melhoria da qualificação profissional pelos docentes, apoiada com uma política de incentivo oferecida pelo CPDB.

Experiência Profissional

Com relação à experiência profissional, um dado que nos chamou a atenção, foi que 60% dos professores que compõem o corpo docente, já foram alunos do CPDB e lecionam na escola de 15 a 20 anos.

Os resultados comprovam a prática de responsabilidade social e cidadania do CPDB ao proporcionar oportunidades para que seus ex alunos ingressem no mercado de trabalho como docentes e sirvam como exemplos verídicos para seus atuais educandos.

Práticas de Cidadania – Docentes

A pesquisa revelou que apenas 20% dos professores do CPDB participam de projetos sociais em alguma comunidade.

Um índice relevante é o número elevado de docentes sindicalizados, 80% dos entrevistados.

De acordo com Philippe Perrenoud (1994), ao analisar as forças da sociedade que podem interferir nas ações do governo, em relação às políticas educacionais, mostra que os Sindicatos estão mais mobilizados em função das incertezas econômicas do que em relação ao projeto de sociedade.

Apenas 10% dos docentes afirmaram participação em Partido Político.

Para Perrenoud, os partidos políticos cada vez mais, são “máquinas eleitorais orientadas para participação no Poder e instituições onde o pessoal faz carreira” (p. 13). Sendo assim, deixaram de ser local de doutrina, no sentido

de conscientização da sua importância e do seu papel para funcionamento dos regimes democráticos.

Todos os docentes entrevistados concordaram que o Projeto Pedagógico desenvolvido no CPDB, juntamente com sua prática docente contribuem para a formação dos seus educandos.

É imprescindível a função do docente na formação dos educandos para seu futuro como cidadãos, do conhecimento e da capacidade de agente transformador por uma sociedade mais justa e igualitária.

A publicação do MEC, Por uma escola de cidadãos (1995, p. 6), afirma que “há muitas coisas que podemos fazer. Começar a pensar na nossa responsabilidade de cidadãos e formadores de cidadãos é um primeiro passo”.

Foi questionado aos professores se em suas aulas são discutidas questões de violência, drogas, política, sexo, religião, discriminação racial e etnia com seus alunos. Da referida enquete 90% afirmaram que sim.

Com este percentual percebe-se que os docentes do CPDB, cumprem o papel de que cabe a escola instruir os educandos no campo da transversalidade, conforme afirmam os PCN's – temas transversais, (1988, p. 17):

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidade em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.

Na opinião de 100% dos docentes, o CPDB contribui para a melhoria da qualidade de vida e atende as necessidades dos seus alunos e da comunidade onde vivem.

Em sua publicação intitulada Adolescentes Desprotegidos e Necessidades Psicológicas, Caro afirma:

A educação é uma das poucas oportunidades para a mudança da sociedade, e para o término da exclusão que atinge principalmente os adolescentes, que se encontram no início ou estão para iniciar suas vidas no trabalho e em uma convivência social mais ampla. (1998, p. 39-40).

Aprendizagem

Referente à aprendizagem, os docentes pontuaram os problemas já enfrentados com seus alunos no CPDB, conforme mostra a tabela:

Tabela 5 - Problemas enfrentados com os alunos no CPDB:

Itens	Nr. Abs.	%
discriminação	3	4,5%
violência	3	4,5%
doenças graves	4	6,0%
pichações	4	6,0%
psicológicos	4	6,0%
drogas	6	9,0%
abandono	8	11,9%
fome	8	11,9%
gravidez	8	11,9%
indisciplina	9	13,4%
faltas em excesso	10	14,9%
nda	0	0,0%
Total	67	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

Os dados evidenciam que as faltas em excesso e a indisciplina pontuam os mais altos índices.

Com relação a aprendizagem, os docentes foram questionados sobre os conteúdos/disciplinas que os alunos do CPDB apresentam maiores dificuldades.

Tabela 6 - Os conteúdos/disciplinas que os alunos do CPDB apresentam maiores dificuldades de aprendizagem:

Itens	Nr. Abs.	%
espanhol	1	2,7%
informática	1	2,7%
inglês	1	2,7%
atividades físicas/motoras	2	5,4%
conhecimentos gerais	4	10,8%
desenho	4	10,8%
leitura	6	16,2%
matemática	9	24,3%
português	9	24,3%
outros/qual?	0	0,0%
Total	37	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

Os dados apontam que os conteúdos/disciplinas de matemática e português (24,3%) são os que os alunos do CPDB apresentam maiores dificuldades, seguido por leitura (16,2%) e desenho (10,8%).

Responsabilidade Social

Foram apontadas pelo corpo docente, quais são as ações de apoio que são oferecidas aos educandos do CPDB:

Tabela 7 - As ações de apoio que são oferecidas aos alunos pelo CPDB:

Itens	Nr. Abs.	%
assistência jurídica	0	0,0%
aulas inglês/espanhol	0	0,0%
oficinas de teatro/ dança/ música/ fotografia	0	0,0%
passeios cinema/teatro/museus	0	0,0%
atendimento médico	1	1,6%
atendimento odontológico	1	1,6%
reforço escolar	1	1,6%
encaminhando ao ensino superior	2	3,3%
grêmio estudantil	2	3,3%
participação em projetos	5	8,2%
seguro de vida	5	8,2%
biblioteca	6	9,8%
time de futebol/vôlei/basquete	6	9,8%
assistência social/psicológica	8	13,1%
visita à empresas	9	14,8%
atendimento enfermaria	10	16,4%
aulas informática	10	16,4%
encaminhando à empresas	10	16,4%
lanche	10	16,4%
transporte	10	16,4%
uniforme	10	16,4%
Total	61	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

A pesquisa revela que as ações mais praticadas pelo CPDB, entendidas como prática de responsabilidade social, referem-se ao atendimento enfermaria/aulas de informática/lanche, uniforme, encaminhamento empresas/transportes (16,4%), seguida por visita à empresas (14,8%) e assistência social/psicológica (13,1%).

Cabe ressaltar a importante presença diária e atuante do serviço social do CPDB, o qual atende toda a comunidade escolar interna, família dos educandos, escolas públicas, entidades assistências, empresas e tem participação vital no processo seletivo para alunos ingressantes.

As ações de assistência jurídica, aulas de inglês e/ou espanhol, oficinas de teatro/dança/música/fotografia, passeios ao cinema/teatro/museus não receberam pontuação.

O item grêmios estudantis pontuou apenas 3,3%, o que nos chamou a atenção, pois é um dos poucos espaços no ambiente escolar, que dá voz e visibilidade ao corpo discente para exercício de sua cidadania.

A legislação brasileira garante aos estudantes o direito à organização em entidades estudantis. Dentre as leis pode-se destacar a Lei nº 7.398 de novembro de 1985, que dispõe sobre a organização de entidades estudantis e assegura aos estudantes o direito de se organizar em grêmios; a Lei nº 8.069 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:

Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

(BRASIL, 1990)

A Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante aos alunos, como integrantes da comunidade escolar, o direito de se organizar em grêmios, bem como de participar dos conselhos escolares.

3.1.2. Os Educandos

Com um questionário aplicado para dez (10) educandos do CPDB, o objetivo foi coletar informações a partir de: identificação, dificuldades de aprendizagem e conhecimento e/ou prática de cidadania e responsabilidade social.

Identificação

O corpo discente é composto 90% por uma faixa etária de 16 a 17 anos, sendo que dos dez entrevistados apenas três são do sexo feminino e 60% cursam o 2º ano no CPDB.

Os dados revelam que a maior parte dos alunos possuem idade de 16 a 17 anos, com predominância do sexo masculino. A maioria dos alunos (60%) estuda há de mais de um ano no CPDB.

Cidadania

Questionamos os estudantes sobre sua participação ou não em alguma atividade do CPDB, como: grupo de teatro/festas/time de futebol/campeonatos/academia, etc.

Apenas 30% deles afirmaram que participam dos jogos mariano (atividade esportiva anual das escolas salesianas), time de futebol e festas.

Com relação à participação de atividades na sua comunidade/bairro como: igreja/associação/grupo de dança/teatro/time de futebol, etc., 70% dos estudantes afirmaram positivamente sua participação em igreja seguido por time de futebol e projeto comunitário.

A porcentagem de 60% dos alunos entrevistados discordam que no Brasil as pessoas têm direitos iguais.

Este resultado mostra que a maioria desses adolescentes são protagonistas do quadro histórico das diferenças sociais tão comuns em nosso país.

Caro, cita, que na Conferência Regional sobre a Pobreza na América Latina e o Caribe (Colômbia, 1988), definiu-se a pobreza pelas condições em que vivem os setores da população, que estão excluídos dos benefícios mais elementares para sua sobrevivência e que carecem de meios para ter uma nutrição adequada e ter acesso aos serviços mínimos de saúde, água potável, educação, distração e moradia. (1998, p. 28)

Os discentes receberam os seguintes questionamentos:

Você tem conhecimento dos seus direitos e deveres como aluno e como cidadão?

100% responderam que sim;

Você tem conhecimento de como conseguir os seus direitos?

80% responderam que sim;

Você acha importante lutar pelos seus direitos?
100% responderam que sim;

Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA?
Apenas 50% responderam que sim;

Mediante da afirmação de apenas 50% do corpo discente ter conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, constatamos uma incoerência com relação às afirmações anteriores efetuadas pelos estudantes de terem ciência dos seus direitos, deveres e de como lutar pelos mesmos.

Para você o CPDB desenvolve aulas que contribuem para a formação da cidadania?

Quanto a dimensão pedagógica do CPDB voltada para cidadania, a opinião dos alunos é idêntica a dos professores. Todos os entrevistados, afirmaram que as aulas contribuem para a sua formação cidadã.

É importante ressaltar que na grade curricular do Ensino Profissional Básico de todos os cursos do CPBD, consta a disciplina DHC – Desenvolvimento Humano e Cidadania, na qual são trabalhados diversos temas como: família, drogas, religião, cidadania, etc.

Há ainda, a prática do Bom Dia e do Boa Tarde, realizada todos os dias, antes do início das aulas pelos coordenadores e assistente social do CPDB, a qual na opinião de 100% do corpo discente contribui para a sua formação pessoal e profissional.

Boa Noite” é uma prática das escolas, internatos e instituições salesianas que consiste em antes de recolher-se ao dormitório, reunir os alunos e recordar um fato do dia, refletir sobre ele e dele extrair um conselho, ensinamento ou aviso. (ISAÚ, 2007, p.15)

Tabela 8 - Assuntos discutidos nas aulas do CPDB

Itens	Nr. Abs.	%
injustiças sociais	4	4,1%
política	4	4,1%
direitos humanos	5	5,2%
violência	6	6,2%
discriminação racial/social	7	7,2%
sexo	7	7,2%
gravidez	8	8,2%
continuação dos estudos	9	9,3%
drogas	9	9,3%
família	9	9,3%
religião	9	9,3%
mercado de trabalho/emprego	10	10,3%
profissão	10	10,3%
nenhum destes assuntos	0	0,0%
Total	97	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

De acordo com os educandos os assuntos mais discutidos durante as aulas do CPDB são: profissão e mercado de trabalho/emprego (10,3%); continuação dos estudos, drogas, família e religião (9,3%); seguido do item gravidez (8%).

Pelos dados, concluímos que há uma concordância entre o discurso de alunos e docentes no que se refere aos assuntos discutidos durante as aulas.

Freire (1996), afirma que o ensino dos conteúdos não pode estar alheio à formação moral do educando. O ambiente escolar deve proporcionar os conhecimentos teóricos, juntamente com a aprendizagem de valores, do pensamento científico e participativo.

Aprendizagem

Os educandos pontuaram os problemas já enfrentados por eles, conforme mostra a tabela:

Tabela 9 – Problemas enfrentados pelos educandos

Itens	Nr. Abs.	%
abandono dos estudos	0	0,0%
doenças graves	0	0,0%
fome	0	0,0%
gravidez	0	0,0%
indisciplina	0	0,0%
abandono pai/mãe	1	8,3%
discriminação	1	8,3%
drogas	2	16,7%
violência	2	16,7%
outros/qual? nenhum	6	50,0%
Total	12	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

O percentual de 50% dos alunos informou que não enfrentou nenhum tipo de problema; 16,7% apontaram as drogas e a violência; 8,3% revelaram problemas de abandono e discriminação.

Questionamos os estudantes com relação aos conteúdos/disciplinas que eles possuem mais dificuldades de aprendizagem.

Tabela 10 – Disciplinas que os alunos tem dificuldades de aprendizagem:

Itens	Nr. Abs.	%
atividades físicas/motoras	0	0,0%
informática	0	0,0%
desenho	1	5,3%
português	1	5,3%
conhecimentos gerais	2	10,5%
leitura	2	10,5%
matemática	3	15,8%
espanhol	4	21,1%
inglês	6	31,6%
outros/qual?	0	0,0%
Total	19	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

A pesquisa aponta primeiramente inglês (31,6%), segundo espanhol (21,1%) e em terceiro lugar matemática (15,8%).

Em relação aos percentuais de Inglês e Espanhol, é importante esclarecer que os alunos dos cursos de Mecânica e Elétrica e Automação utilizam manuais nas respectivas línguas.

Curiosamente, o conteúdo de matemática também foi apontado pelo corpo docente em um percentual de 24,3%.

Indagamos o corpo discente sobre sua perspectiva de futuro, ou seja, o que eles esperam ao concluir o curso:

Tabela 11 – Expectativas dos egressos do CPDB

Itens	Nr. Abs.	%
ajudar nos problemas da sua comunidade	2	3,2%
resolver problemas da sua família	5	7,9%
resolver problemas da sua vida	6	9,5%
conseguir um emprego	9	14,3%
cursar uma universidade/faculdade	9	14,3%
ter uma profissão	10	15,9%
Total	63	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

Os dados revelam nitidamente a preocupação e/ou desejo de (15,9%) dos alunos em ter uma profissão, seguido de (14,3%), os quais almejam uma colocação no mercado de trabalho e dar continuidade aos seus estudos (ingresso na universidade).

Segundo Caro (1998), o objetivo da pedagogia salesiana, baseado no método preventivo de Dom Bosco, é proporcionar aos adolescentes a busca de alternativas mais dignas de sobrevivência, através de uma pré-profissionalização, desenvolvendo habilidades técnicas e formação humana.

Responsabilidade Social

Tabela 12 – Ações de apoio que são oferecidas aos alunos

Itens	Nr. Abs.	%
assistência jurídica	0	0,0%
aulas inglês/espanhol	0	0,0%
biblioteca	0	0,0%
grêmio estudantil	0	0,0%
oficinas de teatro/ dança/ música/ fotografia	0	0,0%
reforço escolar	0	0,0%
atendimento médico	1	1,4%
atendimento odontológico	1	1,4%
encaminhando ao ensino superior	1	1,4%
passeios cinema/teatro/museus	1	1,4%
seguro de vida	2	2,8%
visita à empresas	2	2,8%
assistência social/psicológica	3	4,2%
encaminhando à empresas	3	4,2%
participação em projetos	5	6,9%
time de futebol/vôlei/basquete	7	9,7%
atendimento enfermagem	9	12,5%
lanche	9	12,5%
transporte	9	12,5%
uniforme	9	12,5%
aulas informática	10	13,9%
Total	72	100,0%

Fonte: CPDB – Ano 2010

A comunidade estudantil aponta que as ações mais praticadas pelo CPDB, entendidas como prática de responsabilidade social são com (13,9%) aulas de informática, seguida de (12,5%) atendimento enfermagem / lanche / transporte / uniforme.

O item grêmio estudantil não recebeu nenhuma pontuação, o que nos chama atenção pela semelhança dos dados revelados anteriormente pelo corpo docente.

A respeito da participação de alunos e docentes nas atividades escolares, Freire (2003) afirma que:

Cada vez mais nos convencíamos ontem e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem brasileiro de ganhar a sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através das agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida do seu bairro, de sua igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes.

Pelo discurso de Freire entendemos que a atuação do educando no Grêmio Estudantil contribuí ativamente para seu engajamento social, político e na sua prática como sujeito ativo em intervenções que promovam as transformações em seu ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se analisar, se a atuação do CPDB, caracterizada pela prática da educação sócio comunitária, pode ser considerada como um modelo de Responsabilidade Social.

Os estudos realizados ao longo desse trabalho de pesquisa resultaram na convicção de que precedentes históricos comprovam o compromisso das instituições salesianas com relação à práxis sócio comunitária, indo além das práticas caracterizadas como responsabilidade social. Neste sentido, a atuação do CPDB se insere nas iniciativas sócioeducativas que visam a transformação social, contribuindo para a formação do adolescente e da sua inserção no mercado de trabalho.

Com relação à responsabilidade social, no percurso de nossas análises, verificou-se haver diversas ações que se fazem presentes na atuação no CPDB, focadas no ensino profissionalizante, direcionando os jovens ao mercado de trabalho.

As definições de responsabilidade social podem ser sintetizadas como ações estratégicas que visam uma efetiva inclusão social de parte da sociedade que vive em situação socioeconômica precária. A responsabilidade social pode ser uma prática social das empresas para atingir aos objetivos próprios do setor empresarial.

Neste sentido, a escola se constitui num espaço especial de formação de indivíduos visando a promoção social e o combate às desigualdades e na construção do cidadão pleno.

A educação sócio-comunitária, histórica prática educativa dos Salesianos marcada pelo compromisso com a sociedade e a cidadania e pela formação visando a transformação social, pode ser comprovada pela ampla diversidade de práticas educativas sócio comunitárias elencadas na pesquisa realizada no CPDB.

No CPDB, verificou-se essas práticas educativas, que conjuga a atuação de religiosos e cidadãos num projeto educacional, que objetiva a promoção e a transformação sociais de seus sujeitos.

Dos resultados da pesquisa emergem alguns aspectos que merecem destaques.

Verificou-se o compromisso do CPDB com a melhoria da qualificação e/ou aperfeiçoamento do corpo docente, assim, como a possibilidade de ex-alunos atuarem como docentes no CPDB.

A escola cuida do encaminhamento/visitas para outras empresas.

Algumas ações do CPDB apresentaram visibilidade como o atendimento ambulatorial, aulas de informática, uniforme, lanche, transporte e a importante atuação da assistente social.

Verificou-se que a discussão durante as aulas de temas transversais como: violência, drogas, política, sexo, religião, família, gravidez, discriminação racial e etnia aliado à prática do Bom Dia/Boa Tarde, consolidam uma pedagogia, a qual contribuí para a formação social, pessoal e cidadã dos educandos.

Há outros indícios de necessidade de ações mais concretas apontadas por parte dos sujeitos de pesquisa, como a necessidade de formação de um cidadão crítico como agente transformador, assim como, criar projetos de concepções de ensino desejáveis, que prevêem conhecimentos, habilidades e posturas para que os educandos atuem como agentes ativos capazes de intervir em sua realidade.

Os estudos mostram sinais referentes à defasagem de aprendizagem dos alunos nos conteúdos de português, matemática e na compreensão dos manuais em inglês e espanhol para os cursos de mecânica e eletricidade e automação.

A ausência de um Grêmio Estudantil, reforça a falta de um espaço para que os alunos tenham discernimento dos seus direitos e deveres e atuem como sujeitos no campo da democracia.

Finalizo esse trabalho, reiterando as análises anteriormente apresentadas, que expressam a prática da educação sócio-comunitária pelo CPDB como uma forma de prática de responsabilidade social. No entanto, consideramos que a prática da educação sócio-comunitária atinge resultados mais abrangentes, principalmente por sua ação transformadora do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** São Paulo: Bomtempo Editorial, 2000.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais /Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394 de 20.12.1996: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma escola de cidadãos.** Volume 09. Educação Básica. – Brasília: MEC-FNUAP, 1995.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Leis/L8069.htm> Acesso em 01/05/2010.
- CARO, Sueli Maria Pessagno. **Adolescentes Desprotegidos e Necessidades Psicológicas.** São Paulo, Coleção Construindo o Futuro 2 -Editora Salesiana Dom Bosco, 1998.
- CARO, Sueli Maria Pessagno. **Educação Social: uma Questão de Relações. Pedagogia Social** In: SILVA, Roberto da, SOUZA NETO, João Clemente de e. MOURA, Rogério Adolfo de (orgs.) São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.
- Comissão Européia Livro Verde. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Responsabilidade_social. Acesso em 21/04/2010.
- CPDB. Disponível em www.essj.com.br. Acesso em 01/05/2010.
- DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. In: **Revista Futuro e Educação: formação, ação e cidadania.** V 1, abril de 2006. São Paulo: IFE, 2006.
- ETHOS - Instituto Ethos Empresas e Responsabilidade Social. Manual: “O que as empresas podem fazer pela educação”. São Paulo, 1999.
- FRANCO, Maria Laura P.B. **O “estudo de caso” no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa.** São Paulo: PUC, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. Editora Paz e Terra S.A, 1996.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo. **Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

GOMES, Paulo de Tarso. Educação Sócio-Comunitária e Educação Salesiana. **Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO**, Ano 08-Nº 14. Americana, SP, 2006.

GOMES, Paulo de Tarso. **Educação Sócio-Comunitária: delimitações e perspectivas.** Disponível em: www.amunisal.com.br. Acesso em 19/03/2010

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna.** 12ª ed., São Paulo: Loyola, 2000.

HISTEDBR. **Neoliberalismo e Reforma do Estado.** Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario>. acesso em 09/03/2010.

HÖFLING, Eloisa de Mattos, O Livro Didático de Estudos Sociais e a Concepção de Cidadania. **Em Aberto**, Brasília: v. 6, n. 35, p. 19 - 22, jul./set., 1987. Disponível em www.rbep.inep.gov.br acesso em 01/05/2010.

ISAÚ, Manoel. **Da educação social à educação sócio comunitária e os salesianos.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.26, p.2 –24, jun. 2007.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora EPU, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Marcos Francisco, **Ensino Técnico e Globalização: Cidadania ou Submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MATTAR, Helio. **Os novos desafios da responsabilidade social empresarial.** São Paulo: Instituto Ethos 2001. Disponível em: www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-c96reflexao%2005.pdf acesso em 10/09/10

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: A administração do terceiro setor.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MIRANDA, Antonio Carlos. **A Importância do Ensino Profissionalizante Básico Para Adolescentes de Baixo Poder Aquisitivo, Diante das Exigências do Mercado de Trabalho.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2002.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: **Novas tecnologias e a mediação pedagógica.** Campinas: Papyrus, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação em Tempos de Mudança: Reforma do Estado e Educação Gerenciada**. Piracicaba: Impulso, 2005. P. 58-60.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. In: **Revista de Administração de Empresas**, 24 (4): 204, out./dez.1984. São Paulo: FGV, 1984.

PERRENOUD, Philippe. A escola Deve Seguir ou Antecipar as Mudanças da Sociedade? In: PERRENOUD, Philippe et alii. **A Escola e a Mudança**, Lisboa, Escolar Editora, 1994.

PILETT, Nelson. **Estrutura e funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PORTELA, Josania Lima: **Relação: Educação, Trabalho e Cidadania**. ANPED, 2000. Disponível em www.anped.br/reunioes/23/textos/09/0918t.pdf acesso em 01/04/2010.

SANTOS, Manoel Isau Ponciano dos e CASTILHO, Edson Donizetti, **Com Dom Bosco e com os Tempos**. Cabral Editora e Livraria Universitária, Taubaté, SP, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TERTULIANO, Karla. **O Neoliberalismo e o Sistema Educacional Brasileiro**. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario>. acesso em 09/03/2010.

TOMEI, Patrícia A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado. In: **Revista de Administração de Empresas**, 24 (4): 191, out./dez. 1984. São Paulo: FGV, 1984.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Roberto Fonseca. Iniciativa privada no contexto social: exercício de cidadania e responsabilidade social. In: **RP em Revista**. Ano 5 – N 22, maio de 2007. Salvador: RP-Revista, 2007.

WEGRZYNOVSKI, Ricardo. Ainda vítimas das iniquidades. In: **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ed 41, p. 38-40, março de 2008. Brasília: IPEA, 2008.

ZENISEK, Thomas J. Responsabilidade social corporativa: uma conceituação baseada na literatura organizacional. In: **Revista de Administração de Empresas**, 24 (4): 204, out./dez..1984. São Paulo: FGV, 1984.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário professores

Prezado Professor/a

Na qualidade de aluna do Mestrado em Educação Sócio Comunitária do UNISAL - Americana, venho solicitar a sua colaboração no sentido de responder este questionário, cujos dados obtidos serão utilizados na elaboração de minha dissertação de Mestrado.

Agradeço pela sua valiosa colaboração.

Tânia Maria Ribeiro

Mestranda em Educação Sócio Comunitária

Questionário N° _____

1. Idade
 25 a 35 anos
 35 a 45 anos
 45 a 55 anos
 acima de 55 anos

2. Sexo: F M

3. Formação: Superior Especialização Mestrado Doutorado
 Outros Qual? _____

4. O CPDB oferece aos docentes cursos de aperfeiçoamento e/ou reciclagem?
 Sim Não

5. Há quanto tempo você leciona no CPDB? _____ anos

6. Você foi aluno do CPDB?
 Sim Não

7. Participa de projetos sociais em alguma comunidade?
 Sim Não

8. Participa de Partido Político?
 Sim Não

9. É sindicalizado?
 Sim Não

10. Para você o CPDB desenvolve um Projeto Pedagógico que contribui para a formação da cidadania dos educandos?
 Sim Não

Por quê? _____

11. Você acredita que sua prática docente contribui para formação dos seus alunos para a prática da cidadania?

Sim Não

12. Você discute questões de violência/ drogas/ política/ sexo/ religião/ discriminação racial e etnia com seus alunos?

Sim Não

13. Na sua opinião o CPDB contribui para a melhoria da qualidade de vida e atende as necessidades dos seus alunos e da comunidade onde vivem?

Sim Não

14. Assinale os problemas que você já enfrentou com seus alunos no CPDB:

<input type="checkbox"/> abandono	<input type="checkbox"/> discriminação
<input type="checkbox"/> doenças graves	<input type="checkbox"/> drogas
<input type="checkbox"/> faltas em excesso	<input type="checkbox"/> fome
<input type="checkbox"/> gravidez	<input type="checkbox"/> indisciplina
<input type="checkbox"/> pichações	<input type="checkbox"/> psicológicos
<input type="checkbox"/> violência	<input type="checkbox"/> nda

15. Assinale os conteúdos/disciplinas que os alunos do CPDB apresentam maiores dificuldades de aprendizagem:

<input type="checkbox"/> atividades físicas/motoras	<input type="checkbox"/> conhecimentos gerais
<input type="checkbox"/> desenho	<input type="checkbox"/> espanhol
<input type="checkbox"/> informática	<input type="checkbox"/> inglês
<input type="checkbox"/> leitura	<input type="checkbox"/> matemática
<input type="checkbox"/> português	<input type="checkbox"/> outros/qual?

16. Assinale as ações de apoio que são oferecidas aos alunos pelo CPDB:

<input type="checkbox"/> assistência jurídica	<input type="checkbox"/> assistência social/psicológica
<input type="checkbox"/> atendimento enfermagem	<input type="checkbox"/> atendimento médico
<input type="checkbox"/> atendimento odontológico	
<input type="checkbox"/> aulas informática	<input type="checkbox"/> aulas inglês/espanhol
<input type="checkbox"/> biblioteca	<input type="checkbox"/> encaminhando à empresas
<input type="checkbox"/> encaminhando ao ensino superior	<input type="checkbox"/> grêmios estudantis
<input type="checkbox"/> lanche	<input type="checkbox"/> oficinas de teatro/ dança/ música/ fotografia
<input type="checkbox"/> participação em projetos	<input type="checkbox"/> passeios cinema/teatro/museus
<input type="checkbox"/> reforço escolar	<input type="checkbox"/> seguro de vida
<input type="checkbox"/> time de futebol/vôlei/basquete	<input type="checkbox"/> transporte
<input type="checkbox"/> uniforme	<input type="checkbox"/> visita à empresas

APÊNDICE B - Questionário alunos

Prezado Aluno/a

Na qualidade de aluna do Mestrado em Educação Sócio Comunitária do UNISAL - Americana, venho solicitar a sua colaboração no sentido de responder este questionário, cujos dados obtidos serão utilizados na elaboração de minha dissertação de Mestrado.

Agradeço pela sua valiosa colaboração.

Tânia Maria Ribeiro

Mestranda em Educação Sócio Comunitária

Não é necessário identificar-se.

Questionário N° _____

01. Idade _____

02. Sexo ()F ()M

03. Ano () 1º () 2º Curso _____

04. Você participa de alguma atividade no CPDB?
(grupo de teatro /festas/time de futebol/projeto horta/ campeonatos/ time de vôlei/
basquete/ academia)

() Sim Qual? _____ () Não

05. Você participa de algum grupo dentro da sua comunidade/bairro?
(igreja, associação, grupo de música, dança, teatro, projeto comunitário, time de futebol)

() Sim Qual? _____ () Não

06. O que é cidadania?

07. Na sua opinião no Brasil todas as pessoas têm direitos iguais?

() Sim () Não

08. Você tem conhecimento dos seus direitos e deveres como aluno e como cidadão?

() Sim () Não

09. Você tem conhecimento de como conseguir os seus direitos?

() Sim () Não

10. Você acha importante lutar pelos seus direitos?

() Sim () Não

11. Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA?

() Sim () Não

12. Para você o CPDB desenvolve aulas que contribuem para a formação da cidadania?

() Sim () Não

13. Na sua opinião o Bom Dia e/ou Boa Tarde praticados no CPDB contribuem para sua formação pessoal e profissional?

Sim Não

Por quê?

14. Assinale quais assuntos são discutidos nas aulas do CPDB?
(marque quantas alternativas achar necessárias)

<input type="checkbox"/> continuação dos estudos	<input type="checkbox"/> direitos humanos
<input type="checkbox"/> discriminação racial/social	<input type="checkbox"/> drogas
<input type="checkbox"/> família	<input type="checkbox"/> gravidez
<input type="checkbox"/> injustiças sociais	<input type="checkbox"/> mercado de trabalho/emprego
<input type="checkbox"/> política	<input type="checkbox"/> profissão
<input type="checkbox"/> religião	<input type="checkbox"/> sexo
<input type="checkbox"/> violência	<input type="checkbox"/> nenhum destes assuntos

15. Você já enfrentou algum destes problemas:
(marque quantas alternativas achar necessárias)

<input type="checkbox"/> abandono dos estudos	<input type="checkbox"/> discriminação
<input type="checkbox"/> doenças graves	<input type="checkbox"/> drogas
<input type="checkbox"/> abandono pai/mãe	<input type="checkbox"/> fome
<input type="checkbox"/> gravidez	<input type="checkbox"/> indisciplina
<input type="checkbox"/> violência	<input type="checkbox"/> outros/qual?

16. Assinale as disciplinas que você tem dificuldades de aprendizagem:
(marque quantas alternativas achar necessárias)

<input type="checkbox"/> atividades físicas/motoras	<input type="checkbox"/> conhecimentos gerais
<input type="checkbox"/> desenho	<input type="checkbox"/> espanhol
<input type="checkbox"/> informática	<input type="checkbox"/> inglês
<input type="checkbox"/> leitura	<input type="checkbox"/> matemática
<input type="checkbox"/> português	<input type="checkbox"/> outros/qual?

17. Quando você sair do CPDB você deseja ser capaz de:
(marque quantas alternativas achar necessárias)

<input type="checkbox"/> ajudar nos problemas da sua comunidade	<input type="checkbox"/> conseguir um emprego
<input type="checkbox"/> cursar uma universidade/faculdade	<input type="checkbox"/> resolver problemas da sua vida
<input type="checkbox"/> resolver problemas da sua família	<input type="checkbox"/> ter uma profissão

18. Assinale as ações de apoio que são oferecidas aos alunos pelo CPDB:
(marque quantas alternativas achar necessárias)

<input type="checkbox"/> assistência jurídica	<input type="checkbox"/> assistência social/psicológica
<input type="checkbox"/> atendimento enfermagem	<input type="checkbox"/> atendimento médico
<input type="checkbox"/> atendimento odontológico	
<input type="checkbox"/> aulas informática	<input type="checkbox"/> aulas inglês/espanhol
<input type="checkbox"/> biblioteca	<input type="checkbox"/> encaminhando à empresas
<input type="checkbox"/> encaminhando ao ensino superior	<input type="checkbox"/> grêmio estudantil
<input type="checkbox"/> lanche	<input type="checkbox"/> oficinas de teatro/ dança/ música/ fotografia
<input type="checkbox"/> participação em projetos	<input type="checkbox"/> passeios cinema/teatro/museus
<input type="checkbox"/> reforço escolar	<input type="checkbox"/> seguro de vida
<input type="checkbox"/> time de futebol/vôlei/basquete	<input type="checkbox"/> transporte
<input type="checkbox"/> uniforme	<input type="checkbox"/> visita à empresas

ANEXOS

ANEXO A - Resumo das ações de responsabilidade social recomendadas às empresas no manual: “O que as empresas podem fazer pela educação”

Dia-a-dia escolar

- efetuar exame ocular nas crianças e/ou jovens;
- organizar um sistema de transporte escolar;
- implantar um espaço agradável para acolhimento dos alunos;
- apoiar as ações das secretarias de educação;
- estabelecer parcerias com o Conselho Defesa Direitos da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar;
- criar condições para que funcionários compareçam às reuniões da escola;
- ceder funcionários para atuarem como monitores de esportes, atividades culturais, reforço escolar ou outros setores;
- incentivar a participação de outras pessoas ou instituições na escola: familiares, aposentados, pessoas da comunidade, universidades, associações de moradores, organizações não governamentais, fundações, clubes, etc.;
- organizar um grupo de empresas e outras instituições para localizar crianças em idade escolar que não estejam frequentando as aulas e encaminhá-las à escola;
- apoiar a secretaria de educação no preparo de professores para que recebam alunos evadidos e os encorajem a permanecer na escola;
- oferecer assessoria em noções de administração, informática, contabilidade e questões jurídicas;
- colocar a experiência administrativa da empresa a serviço da escola para aprimorar o gerenciamento da unidade escolar em atividades de planejamento financeiro, análise de orçamento e técnicas de levantamento de recursos;
- dar cursos para funcionários da escola;
- atrair colaboração internacional para financiar projetos;

- viabilizar algumas horas de atendimento por advogados para serviços de pequenas causas, esclarecimentos de questões comerciais, trabalhistas, familiares, de direitos do consumidor;

- mapear e conhecer organizações sociais, os recursos e as oportunidades de lazer e cultura da comunidade e oferecer essas informações à escola;

- apoiar projetos que desenvolvam a gestão democrática;

- divulgar as ações do Conselho de Escola, APM, Grêmios Estudantis e mobilizar a comunidade para participar desses espaços;

- promover a comunicação interna entre a escola e a comunidade, patrocinando quadros, murais, boletins, rádio alto falante e a realização de oficinas de comunicação;

- realizar campanhas de captação de recursos para obtenção de serviços gratuitos (ou com grandes descontos) para a escola;

- pôr em prática outras ideias da equipe de sua empresa ou da escola.

O manual evidencia o poder do Conselho de Escola ou Colegiado, os quais são o espaço e a voz da comunidade na escola, juntamente com a Associação de Pais e Mestres – APM.

O Conselho de Escola é formado por professores, especialistas de educação, diretoria, demais funcionários da escola, pais, mães e alunos que tomam decisões fundamentais relativas ao ensino, avaliação, estado de conservação do prédio, o que se deve fazer para melhorar o aproveitamento dos alunos.

A APM reúne pais, mães de alunos e professores, sendo uma entidade jurídica de direito privado, responsável pelo recebimento e aplicação de verbas públicas e privadas.

Os estudantes, através da criação do Grêmios Estudantis, podem ter voz, além de promover eventos, como atividades culturais e esportivas e debates de questões polêmicas entre os jovens.

Reforço Escolar

Com relação ao reforço escolar, a publicação afirma que o objetivo é promover a aprendizagem de todos os alunos, através de ações remediadoras, preventivas e de enriquecimento cultural, no intuito de complementar o trabalho

desenvolvido pelo professor em sala de aula e combater o fracasso escolar, como:

- promover uma visita dos alunos com dificuldades à empresa e convidá-los a entrevistar funcionários;

- incentivar, entre os funcionários, a formação de grupos de pessoas dispostas a trocar correspondência com alunos;

- viabilizar palestras sobre assuntos do programa escolar ou sobre temas de interesse dos alunos;

- patrocinar ações da secretaria da educação na implantação de políticas de redução da distorção idade-série dirigidas a alunos multi-repetentes (programa de aceleração);

O estímulo à leitura é uma importante prática, baseado no pressuposto de que saber ler é fundamental para a aprendizagem e, devido aos problemas econômicos e sociais, a maioria das pessoas tem alcance à leitura, apenas na escola.

As atividades de leitura devem ser valorizadas através das manifestações culturais da comunidade, com fotos, vídeos, livros, filmes, artigos, quadros, que levam o aluno a sentir orgulho à comunidade a que pertence:

- oferecer exames para detectar problemas de visão;

- disponibilizar alguém que goste de ler para contagiar, estimular e orientar os leitores;

- disponibilizar para os alunos vários livros, jornais e revistas;

- construir, equipar e manter uma biblioteca e/ou videoteca;

- comprar livros, dvd's, revistas e outros materiais para acervo da escola;

- oferecer recursos como almofadas, tapetes e sofás para tornar o espaço de leitura confortável e agradável;

- organizar mostras com produções culturais da comunidade;

- organizar clubes de leitura e saraus poéticos;

- incentivar parceria com bibliotecas públicas ou outras organizações que disponham de biblioteca;

- organizar encontros na escola com autores de livros já lidos e apreciados pelos alunos;

- promover campanha para doação de livros à escola.

Esportes

A prática do esporte é baseada na inclusão de todos, no incentivo à atitudes não violentas e postura de diálogo e respeito ao adversário e promove, além da atividade física, o cultivo de hábitos adequados de alimentação, repouso, higiene, convivência social e uma vida social ativa e diversificada.

Além dos resultados, o esporte possibilita a prática do trabalho em equipe, a torcida, a comemoração e a solidariedade.

Aqui estão algumas práticas citadas pelo Instituto Ethos que contribuem para a implantação do esporte na escola:

- estabelecer convênio e oferecer espaço da empresa para que a escola realize atividades esportivas e de recreação;
- fornecer recursos para compra, reforma e manutenção de equipamentos esportivos;
- promover cursos de formação e atualização de professores de Educação Física;
- ajudar a escola a organizar jogos, campeonatos, gincanas e outras atividades ligadas ao esporte;
- apoiar a escola para transporte, alimentação, documentação, divulgação e organização de eventos esportivos;
- incentivar momentos conjuntos de apreciação e reflexão crítica sobre a prática esportiva;
- promover parcerias com clubes e outras instituições afins ou da comunidade, para que a escola possa utilizar esses espaços em horas ociosas;
- formar turmas de treinamento patrocinadas pela empresa;
- divulgar junto aos alunos e comunidade eventos relacionados ao esporte.

Arte

Fazer arte envolve pensamento, intuição, sensibilidade e imaginação. A vivência da arte possibilita a expressão de sentimentos e emoções e o exercício da descoberta e da invenção. A atividade artística amplia o conhecimento de si mesmo, do outro e da realidade; é um processo que

contribui para formar cidadãos em seu pleno sentido. A prática da arte conduz a um crescimento harmônico e ao fortalecimento das identidades culturais.

O manual do Instituto Ethos sugere as seguintes atividades:

- organizar excursões a sítios históricos, centros culturais e ecológicos, museus, teatros, galerias de arte, etc.;
- doar revistas velhas, sobras de catálogos ou folhetos para serem usados nas aulas de Arte ou aproveitados para reciclagem de papel;
- apoiar a realização de eventos culturais e artísticos na escola, tais como exposições de artes visuais, espetáculos teatrais, de dança e musicais;
- incentivar a formação de grupos de dança, teatro, coral e música;
- doar e/ou realizar campanha de doação de materiais;
- divulgar na comunidade os trabalhos artísticos realizados na escola;
- viabilizar grupos teatrais e festivais de música;
- propiciar o contato de alunos e professores com grupos culturais da tradição popular, como quadrilha, samba, carnaval, rap, capoeira, dentre outros;
- organizar encontros dos alunos com artistas, seja na escola, seja no local de trabalho do artista;
- patrocinar oficinas de teatro, artes, dança, música, fotografia, artesanato, confecção de brinquedos, instrumentos musicais, realização de obras com sucata, etc.

Saúde e Qualidade de Vida

A escola tem um papel fundamental para detectar problemas de saúde e para disseminar e discutir informações que dizem respeito à qualidade de vida do estudante. Buscar uma melhor qualidade de vida significa avançar no exercício da cidadania.

A saúde e as condições de vida dos alunos influem em seu desempenho escolar. Assim, problemas de visão, consumo de drogas ou de violência doméstica devem ser tratados por meio do esforço conjunto da escola, da família dos alunos e de outros profissionais.

É importante efetuar um levantamento estatístico das condições de saúde dos alunos, das doenças e problemas ambientais na comunidade e dos recursos de saúde da região, antes de implantar qualquer ação:

- oferecer à comunidade escolar palestras de profissionais especializados para abordar temas como saúde preventiva, qualidade de vida, sexualidade, consumo de drogas, lixo, etc.;
- cadastrar locais e tipos de atendimento disponíveis para encaminhamento dos alunos;
- oferecer recursos para a compra de óculos, aparelhos auditivos, dentre outros;
- organizar juntamente com a escola campanhas de prevenção de cáries, reciclagem de lixo, etc.;
- apoiar a implantação de horta, pomar e viveiro de mudas na escola ou em terrenos comunitários;
- organizar sistema de coleta seletiva de lixo para reciclagem de papel, latas de alumínio, plásticos etc.;
- comprar os materiais reciclados recolhidos pela escola;
- financiar o exame da água consumida na escola e na comunidade e apoiar a ação dos órgãos públicos para melhorar sua qualidade.

Instalações e Equipamentos

A escola pública é um dos poucos espaços de convivência, onde as crianças e jovens de baixa renda têm acesso. Por esse motivo, a escola deve ser vista como um direito da população, um espaço que pertence a todos e que deve ser preservado coletivamente.

Quando a comunidade é inserida na ação de conservação do prédio escolar, minimiza os atos de depredações e pichações, além do fortalecimento de vínculo entre comunidade e escola.

A limpeza e a conservação do espaço escolar são sinais de respeito e consideração pelo estudante. Um ambiente limpo, bonito e funcional é um direito de todos:

- doar materiais como lápis e lápis de cor, caneta, blocos de papel, flip-charts, dentre outros, com o nome ou logotipo de sua empresa;
- aproveitar sobras de material da empresa como matéria prima a ser aproveitada pela escola (tecido/madeira/plástico/metals);
- equipar a escola com computadores, gravadores, vídeo, dvd, retroprojetor, máquina copiadora, data show;

- promover eventos para arrecadar recursos para a escola;
- financiar ações de reforma/manutenção do espaço da escola: prédio, muros, instalações hidráulicas e elétricas, pintura, alvenaria, telhado, janelas, portas e equipamentos;
- possibilitar trabalhos de urbanização e obras de melhoria na comunidade;
- oferecer a secretaria de educação apoio para a construção de prédios escolares, doando equipamentos, projetos, mão de obra, assessoria técnica, material de construção, etc.;
- associar-se à lideranças entre alunos, pais, mães e vizinhos da escola que tenham entusiasmo para ampliar a busca por recursos;
- organizar mutirões de funcionários e pessoas da comunidade para a construção, manutenção e limpeza de prédios escolares;
- realizar campanhas contra pichações;
- incentivar a criação de murais com desenhos dos alunos;
- confeccionar e recuperar placas de sinalização visual na escola e na comunidade;
- planejar novas áreas para jardins, incluindo a preparação de terra e o plantio de plantas e árvores;
- promover atividades de educação ambiental: palestras, debates, encontros, etc.

Formação de Docentes

Para uma educação de melhor qualidade é fundamental investir na capacitação do corpo docente de uma escola, pontuando ações isoladas ou potencializando ações aliadas às secretarias de educação, segundo o manual do ETHOS faz-se necessário:

- valorizar e premiar professores inovadores;
- organizar um grupo de empresas para apoiar, sob a supervisão de órgãos intermediários da rede pública de ensino, um curso de formação de professores;
- oferecer para a escola a assinatura de jornais, revistas, veículos especializados de educação, livros atuais de Pedagogia ou das demais áreas do conhecimento;

- viabilizar a realização de eventos de formação com a presença de especialistas de âmbito local, nacional e internacional;
- subsidiar a participação de professores em eventos de formação profissional que ampliem sua visão de mundo e os façam refletir sobre sua prática;
- apoiar a criação de um centro de pesquisas sobre a aprendizagem que trabalhe com professores das escolas públicas próximas;
- viabilizar um sistema de comunicação pela internet, por exemplo, entre professores da escola e uma universidade, de forma que possam dialogar e trocar experiências.

Produção de Materiais Didáticos

- apoiar a publicação de novos materiais, depois de consultar especialistas;
- ajudar a escola a produzir um informativo interno
- oferecer a assinatura de um periódico para incentivo ao hábito da leitura, análise e crítica do material entre os alunos;
- patrocinar a compra de livros e outros materiais didáticos;
- equipar salas ambiente das escolas, como laboratórios de ciências e sala de aprendizado de línguas estrangeiras, com gravador, dvd's, livros em outras línguas, etc.;
- apoiar a elaboração, produção e distribuição de materiais elaborados por entidades especializadas.

Profissionalização de Jovens

Com os efeitos da globalização e do modelo econômico vigente no país, a atualização das habilidades torna-se importante para a busca de uma posição no mercado de trabalho, além da contribuição para formação de cidadãos.

A educação profissionalizante têm como objetivos:

- promover a reflexão e debate sobre a relação entre educação e trabalho;
- ampliar a esfera de formação do jovem;

- oferecer uma dimensão mais ampla de opções educativas e profissionais;
- desenvolver a criatividade, autonomia, cidadania e desempenho profissional;
- estabelecer parcerias com as instituições empregadoras;
- articular o ensino médio com os níveis fundamental e superior;
- possibilitar a continuidade da formação dos educandos.

Eis algumas ações apontadas pelo Instituto ETHOS para concretização desses objetivos:

- oferecer cursos de computação para alunos;
- orientar a escola no uso da informática para as áreas administrativa e pedagógica;
- oferecer cursos adicionais de línguas estrangeiras
- oferecer cursos de extensão cultural como história do cinema, arte, fotografia;
- mostrar para os jovens o funcionamento de uma empresa para ser ter uma ideia real de como é um dia típico em um local de trabalho e, se possível, deixar os próprios jovens executarem algumas atividades;
- receber estudantes em sua empresa, oferecendo-lhes visitas monitoradas e fitas de vídeo sobre a empresa;
- viabilizar a realização de oficinas profissionalizantes que ensinem ocupações práticas como habilidades básicas de informática/mecânica/eletricidade/salas de costura/confecção, etc.;
- ajudar jovens a escolher profissões, criando um programa para que eles visitem diferentes tipos de empresa: fábricas/gráficas/cooperativas/agências de comunicação/escritórios, etc.;
- organizar cursos de gestão de pequenos negócios para alunos/pais/mães/comunidade;
- oferecer oportunidades de estágio supervisionado para jovens.

RS – Políticas Públicas de Educação

O conceito e a prática de responsabilidade social das empresas, fundações e institutos vem consolidando-se, por intermédio de ações de envolvimento com a sociedade civil e órgãos governamentais.

Faz-se necessário ter conhecimento de quais são os papéis e os limites de cada um no encaminhamento de soluções para o quadro de miséria e exclusão que impera o país, lembrando que o Estado têm a responsabilidade majoritária em suas funções sociais.

Com relação à educação, os interessados na melhoria da sua qualidade, devem ter como foco o contexto educacional e a discussão das políticas públicas da área, tomando conhecimento da situação da educação pública do seu município, de que forma os recursos estão sendo aplicados, se os percentuais de recursos mínimos destinados para área estão sendo cumpridos, etc.

Empresariado e sociedade civil devem cobrar das várias instâncias governamentais a definição e implementação de políticas públicas de educação mais efetivas:

- agendar uma reunião com Secretário(a) Municipal de Educação;
- discutir os problemas educacionais da sua cidade;
- conhecer e aliar-se as opiniões do sindicato dos professores, universidades, etc.

A participação da sociedade civil na definição das políticas governamentais nas áreas como educação, comunicação, saúde, transporte, meio ambiente, é garantida pela Constituição de 1988, através dos conselhos municipais, estaduais e federais.

Há ainda, a possibilidade das organizações da sociedade civil discutir as políticas públicas de educação, através da participação em redes e fóruns promovidos para esse fim.

A participação da sociedade é de suma importância para a conquista da qualidade dos serviços públicos, excepcionalmente na educação.